Ata da assembleia municipal de Tondela de oito de junho de dois mil e quinze

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Foram apresentadas duas credenciais dos senhores presidentes das juntas de freguesia de Ferreiros do Dão e de Lajeosa do Dão, à luz da qual se fizeram representar pelos respetivos secretários Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira e Firmino dos Santos Melo, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados: Marina Leitão, Arménio Leite Marques, Jorge Henriques, Sandra Coimbra, João Carlos Antunes, Jorge Soares.

Os deputados justificaram as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

Verificando-se a falta do segundo secretário foi chamado o deputado António Figueiredo Pereira para ocupar o lugar, dando-se início à sessão.

O presidente da mesa alertou todos os membros para justificarem, sempre que necessitem ausentar-se ou faltarem as sessões da assembleia, de acordo com o exposto no regimento.

O deputado Sérgio Rodrigues apresentou um requerimento à mesa, a solicitar a sua substituição do lugar de primeiro secretário, que foi aceite pelo presidente. De seguida, o presidente da mesa colocou a votação a introdução do ponto 1.2 Eleição de primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal de Tondela, que foi aceite por unanimidade.

1.Período de antes da Ordem do Dia:

1.1. Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de abril

Iniciado o ponto, e não tendo havido intervenções, foi colocada à votação a ata de 30 de abril, sendo a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do deputado Abílio dos Santos por não ter estado na sessão de abril.

1.2 Eleição de primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal de Tondela

Foi apresentado pelo grupo parlamentar do PSD o nome de José António de Oliveira Dias.

Não havendo mais nenhuma proposta, foi colocada à votação secreta que obteve os seguintes resultados:

A Favor: vinte votos;

Abstenções: nove votos;

Contra: um voto;

Deste modo, foi eleito o deputado José António Oliveira Dias para integrar a mesa.

O presidente agradeceu o trabalho desenvolvido até ao momento e enquanto primeiro secretário do deputado Sérgio Rodrigues e endereçou ao deputado José António Dias as boas vindas nas suas novas funções.

1.3.Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foram apresentados pela mesa, dois ofícios da União de Freguesia de Barreiro de Besteiros e Tourigo, com um agradecimento à Câmara Municipal pelas obras de retificação e pavimentação da estrada Municipal Corveira – Vale do Porco e a indicação que enquanto eleito como representante da Assembleia Municipal no conselho de Administração do ACES Dão Lafões, não foi até ao momento convocado para qualquer reunião. Mais foi apresentado a publicação da resolução do XXII Congresso da ANMP e o jornal "Associação".

1.4.Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Iniciou o ponto, o grupo parlamentar do PS, com a apresentação do voto de louvor ao Clube Desportivo de Tondela, apresentado pela deputada Marta Franco, que se transcreve:

"Sr. Presidente da AM Tondela

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Caros Deputados

Voto de Louvor

As ruas de Tondela encheram-se de gente e a alegria que se viveu no dia 24 de Maio nesta cidade foi ímpar. O Clube Desportivo de Tondela (C.D.T.) é o campeão da II Liga e estará na próxima época a disputar a I Liga, entre os maiores clubes nacionais, escrevendo uma página de glória na sua longa história.

Cumprindo já 82 anos de idade, resultou da fusão dos dois clubes da localidade, em 1933. Foi na década de 80 que o Clube chegou à 3ª Divisão nacional. No entanto não podemos esquecer que esta caminhada ascendente até à 2ª Divisão acabou por atirar o Clube novamente para as distritais em 1994. Foi já no final da década de 90 que o C.D.T. parece encontrar um novo rumo, regressando aos nacionais de onde não mais saiu confirmando o clube como uma referência desportiva do distrito de Viseu, concretizando agora o maior sonho dos seus adeptos.

Desta forma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a esta assembleia um voto de louvor ao Clube Desportivo de Tondela, atletas e seus corpos dirigentes, pelo resultado histórico alcançado que muito dignificam este concelho elevando o nome da cidade de Tondela, não esquecendo todos aqueles que dirigiram este clube ao longo de toda a sua existência e que sobreviveram a todas as dificuldades".

Continuou o deputado Joaquim Santos, com a intervenção, que se transcreve:

"Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da assembleia municipal

Senhores representantes da comunicação social

Senhoras e senhores,

Na passada 6.ª feira, cumpriram-se 4 anos sobre as últimas eleições legislativas, das quais resultou a presente maioria parlamentar e que deu origem ao atual governo.

Para celebrar esse dia, os dois partidos, e depois do anunciado noivado, consumaram o matrimónio que uniu, à vista de todos, os destinos de Pedro Passos Coelho com o antes irrevogável, mas agora submisso, Paulo Portas.

Durante a cerimónia, quando surgiu a pergunta da praxe, *"se alguém tem alguma coisa a dizer sobre esta união, ou fale agora, ou se cale para sempre"*, em que, normalmente, todos os convidados se mantêm em silêncio, e sem qualquer expetativa de que alguém se manifeste, eis que a cerimónia, quando o líder do PSD se preparava para dizer *"sim"*, foi interrompida por um grupo de indignados do BES que ergueram o seu protesto, que deixou bastante incomodado o atual Primeiro-ministro, que teve de pedir auxílio à PSP para silenciar os manifestantes.

Desta vez, não houve cassetetes de aço, nem feridos com gravidade, nem crianças amedrontadas, nem imagens chocantes nas televisões! Melhor - quase nem houve televisões, estavam todas distraídas a fazer a cobertura da Convenção Nacional do PS – dizem as más-línguas!

É verdade que ninguém tem o direito de participar em casamentos para os quais não foi convidado! Mas também é certo que a miserável passividade, pelo silêncio, deste governo, é merecedora da mais profunda repulsa, e que só por si, nos merece a mais profunda censura.

Enfim, o governo ao seu melhor nível!

Este governo atirou a maioria dos cidadãos para o caixote lixo, onde se incluem os auto-intitulados lesados, vítimas dos desvarios da família Espírito Santo, sacudindo a água do capote, ao remeter as responsabilidades para os tribunais, para os mesmos tribunais, cujas decisões não respeita, como acontece no caso da TAP. É o vale tudo! Quando a Lei não está a seu favor, invoca o interesse público, porque, à frente dos interesses de Portugal, está o Portugal dos interesses!

Daqui a 2 semanas, expira o seu prazo de validade. Ao fim de 4 anos, este governo ainda não percebeu que Portugal são os portugueses!

Esta legislatura, abençoada por Cavaco Silva, foi, para descontentamento da maioria dos portugueses, acrescida por mais 4 meses, 4 longos meses! – uma bónus para garantir que nada fique de pé! Serão 4 meses de rescaldo, num país destruído pelo desemprego, pelas ameaças de mais cortes nas reformas, pela desvalorização do Serviço Nacional de Saúde e do sistema de proximidade da Justiça; um país abalado pela fraude financeira, em que os responsáveis se passeiam de mão dada com o poder, onde os detractores são ilibados, onde a incompetência ou, no mínimo, a negligência é laureada, como aconteceu com a renomeação do governador do Banco de Portugal.

Vão ser mais 4 meses, em que o governo tentará passar mais um atestado de burrice aos portugueses, iludindo-os, como fez há 4 anos, com mentiras e aldrabices, porque fez tudo ao contrário do que prometeu! E não salvou o país, mas afundou-o! Em 30 de abril de 2015, a dívida situava-se em 220,342 mil milhões de euros, que artificialmente diminuiu, face a março, em 0,2%, devido ao prolongamento para 2034 de uma parcela que se venceria daqui a 2 anos! Um passe de mágica, na mesma ordem de ilusão com que a ministra das Finanças nos quer enganar, com a antecipação de pagamentos ao FMI. É a falácia dos cofres cheios, mas de nada!

Apesar das condições favoráveis de mercado, nada muda! Mas vão ser mais 4 meses de bónus e de destruição! Para destruir o que ainda nos resta.

Serão, ainda, 4 meses de campanha eleitoral, que já começou:

- Afinal, não há cortes e pensões, enganou-se a Maria Luís!

- O Tribunal não nos deixa fazer cortes, anuncia passos Coelho!

- Ninguém falou em cortes, mas queremos um consenso alargado para a reforma da Segurança Social, acena Paulo Portas!

- A ministra da administração interna distribui bónus pelas forças de segurança; e dá prendas pelas multas conseguidas, determinando que, acima da segurança rodoviária, está a extorsão!

Até Cavaco Silva participa na festa – descobriu, agora, o seu estranho amor pelo mar! O mar que sempre, e incondicionalmente, amou, mas do qual se esqueceu, quando destruiu, na sua estadia prolongada em S. Bento, tudo o que nos relacionava com esse mar, a troco de uns milhões distribuídos pelos mesmos de sempre e à custa da destruição de uma das nossas maiores riquezas.

Quem não gostou muito, foi Assunção Cristas, que se viu ultrapassada, distraída que andava com o sucesso do cavalo lusitano!

Da mesma forma, o exterminado *Simplex* e a proximidade das *Lojas do Cidadão,* obras de anteriores governos socialistas, mas destruídas por este, vão voltar à ribalta, com honras de presença de Passos Coelho, que amanhã estará na capital de distrito, e que se fará acompanhar pelo substituto de Miguel Relvas, em versão mais enfadonha.

Iremos vê-los, por aí, que nem baratas tontas, em todo o lado, em inaugurações de fontenários e lavadouros públicos, esquecidos que exigiram que a palavra "renegociar" fosse abolida de todos os dicionários de Língua Portuguesa, porque era uma heresia dos esquerdistas! Quem diria, depois de tudo isto, que Passos Coelho cedeu e vai renegociar com os madeirenses a dívida de mais de 3 décadas de loucura e que todos nós acabaremos por pagar!

Em resumo: deste governo, e do seu programa que, há dois dias apresentou, nada de novo e de bom podemos esperar. A não ser mais do mesmo. Sem promessas, é claro, porque o descaramento tem os seus limites, mesmo para aqueles que já nada os envergonha.

Com as políticas assassinas de emprego e de precaridade de trabalho, e com o convite de Passos Coelho fez à nova geração de emigrantes, a Segurança Social perdeu, nestes últimos 4 anos, em contribuições, cerca de 8 mil milhões de euros!

Sem emprego, não há crescimento; mas não é com disfarces estatísticos, que este governo inventou e que, neste momento, encobre 60.000 postos de trabalho que, na realidade não o são, mas que em tempo eleitoral dão muito jeito

Acabar com este flagelo é a grande prioridade nacional! E não é com milagres que isso se consegue, mas com uma mudança de rumo da política nacional"

De seguida, foi a vez do grupo parlamentar do CDS, com a intervenção do deputado António Dinis:

"Senhor presidente da assembleia, restantes membros da mesa, senhor presidente da câmara, restantes membros da assembleia, comunicação social, minhas senhoras, meus senhores.

Começaria por me associar ao voto de louvor apresentado pelo PS. Acho que a subida do Clube Desportivo de Tondela era por todo o concelho enseada. Foi um desenlace desportivo que tinha sido adiado, por várias jornadas, fazendo sofrer todos os Tondelenses que acompanharam este final de campeonato. Associamo-nos a este voto de louvor, porque é um corolário dos atletas, da sua direção, da equipa técnica, mas também de todos os Tondelenses.

De acordo com o exposto pelo senhor presidente da assembleia, queria, aqui, justificar que terei de me ausentar mais cedo, em virtude de ter uma consulta médica, que não consegui adiar.

Sei que vai ser feita a análise da contração do empréstimo para a requalificação do Estádio João Cardoso, vou só fazer uma abordagem sucinta, relativamente aquilo que devem ser as preocupações de todos em relação a este assunto tão importante. O CDS/PP é favorável a esta decisão, sendo que há um conjunto de cuidados que todos devemos estar precavidos. Uns tem a ver com a coresponsabilização por parte do clube, que é a

entidade que vai usufruir da infraestrutura, para que esta aventura não seja uma aventura muito efémera. Ficamos todos contentes que Tondela tenha subido, mas queremos que se mantenha nos patamares máximos. Não é fácil exigir isso a ninguém, nem o podemos fazer, mas que haja o compromisso da manutenção.

Depois, a nossa preocupação pelo atraso do arranque dos trabalhos, porque isto vai implicar que haja alguma interferência no decorreu do calendário dos jogos no estádio. Não é fácil acompanhar e decorrer, em simultâneo, obras e os jogos a decorrer noutros estádios e que poderá prejudicar o Clube Desportivo de Tondela e poderá inclusive pode-los com armas inferiores relativamente aos demais concorrentes na luta pela manutenção. Fiquei com a ideia, na última assembleia, que durante o mês de maio, este processo se iniciaria. Apelo, ao senhor presidente, para acompanhar muito de perto este assunto, porque tive essa experiência em anos anteriores e sei que não é fácil, conciliar as condições da realização da obra com as condições para a prática desportiva.

Segundo assunto que gostaria de aqui falar, tem a ver com as eleições, já foi aqui referido pelo Joaquim Santos. Vamos ter eleições, vamos ter coligação, o CDS e o PSD fizeram o casamento, uns mais contentes do que outros, mas as coisas são assim, temos de respeitar, estamos em democracia. A coligação está aceite e está preparada para o combate político que aí vem. É evidente que nos deve deixar, a todos, nesta assembleia, ou eu devo deixar nesta assembleia com uma questão, que tem a ver com ao posicionamento do PSD em relação ao deputado do nosso concelho. O concelho tem como seu representante na assembleia da república um deputado, e eu gostaria de ouvir o PSD e o senhor presidente da câmara relativamente à avaliação de desempenho do trabalho parlamentar do deputado do concelho, porque o concelho de Tondela já teve como deputado Dr. Carlos Marta, o Dr. Andrade Miranda e depois o Dr. João Carlos Figueiredo. Gostaríamos de este bom posicionamento político fosse mantido. E gostaria de saber qual a posição do PSD em relação a estas matérias, tanto mais que se aproximam eleições. O senhor deputado pelos vistos anda a acompanhar o senhor Presidente da República em Resende, acho que não deve andar por Resende, que deve andar por outro sítio qualquer.

Outra questão, que gostaria de deixar aqui, tem a ver com a competitividade do nosso território. Recentemente, saíram indicadores associados àquilo que é o City Brand, que tem a ver com a atratividade de cada um dos concelhos a nível nacional. Notei, com preocupação, que Tondela de 2014 para 2015, caiu posições, caiu do lugar nº 99 para o nº 120 e deixando de ser o 4º, que já não era muito risonho, para o 5º lugar, sendo ultrapassado por São Pedro do Sul. Evidente, que são indicadores que se apoiam em três índices: negócios, turismo e viver ou visitar. Verifico com tristeza que Tondela andou para trás. Já uma altura por causa dos rankings, vim cá manifestar a minha preocupação em relação a esses indicadores e disseram que não era nada disso, que estava tudo errado, que as metodologias são desta ou daquela forma, agora é mais uma metodologia de uma entidade que faz esses estudos comparativos e que foi noticia em muitos locais pela positiva, obviamente eu fiquei triste por verificar que Tondela não andou para a frente, mas para trás. Vale-nos o CDT ser de primeira e subir, pôr Tondela pelas boas razões na comunicação social.

Finalmente, tem a ver com a questão do Siadap. Quando coloquei a questão do Siadap, na última assembleia, fi-lo, obviamente, convicto que o processo seria acompanhado e a decorrer. Afinal a questão dos critérios para o biénio de 2013/2015 forma aprovados a 7 de maio de 2015. Do ponto de vista legal, tenho as minhas dúvidas que esteja correto, mas passo ao de leve por essa situação. Do ponto de vista que é a justiça e a correção da avaliação, como é que alguém vai avaliar por esses parâmetros do período que já decorreu, quando não puderam fazer nada para a retificar e se adaptar para ser bem avaliados. Isto é das coisas mais absurdas que já ouvi falar, nem sabia que se fazia assim em lado nenhum, portanto, descobri agora que vamos definir os critérios do ano 2013/2014 e vamos dizer às pessoas que as vamos avaliar com justiça. Foi essa a argumentação do senhor presidente da câmara. Acompanhei o Siadap e levamos as coisas mais ou menos, com erros e com falhas é normal, mas nunca fizemos nada parecido com isso. Isto é lamentável e vamos ter aqui um procedimento concursal, não sei se não poderá a penalizar os nossos funcionários. Também estou preocupado com isso e espero estar enganado. Muito obrigado".

Seguidamente, foi dada a palavra à bancada da CDU, que se declinou o convite.

Continuaram os trabalhos, com a bancada do PSD, que com a intervenção de deputado Sérgio Rodrigues:

"Muito boa tarde.

Antes de mais, queria, aqui, fazer uma pequena reserva quanto às afirmações do deputado Dinis. Não me parece que fique muito bem dizer que o deputado do PSD que anda em Resende ou "não sei se está em Resende", não me parece que fique muito bem. A falta quando encontrou com essa informação, mas penso que não será muito correto fazer esse tipo de apreciações. Também queria, aqui, felicitar o Eng.º Dias pela eleição e prometer-lhe todo o melhor apoio que lhe podemos dar no trabalho que vai desenvolver a partir de agora. " Continuou com as intervenções. (anexos 1 e 2)

A deputada Cristiana Ferreira interveio. (anexo 3)

O deputado José Manuel Mendes continuou. (anexo 4)

De seguida a Vera Machado interveio:

"Queria começar por responder ao deputado Dinis. Dizer-lhe que agradecemos a sua preocupação que tem a relevância ao deputado natural de Tondela, eleito pelas listas do PSD. E dizer-lhe que este assunto e como perceberá terá discussão em local próprio com os militantes da estrutura. Com certeza que nos encontraremos todos em sede de coligação para o discutir. O deputado do concelho de Tondela pode, também ser do CDS." Continuou. (anexo 5)

Passou-se, seguidamente, à votação do voto de louvor apresentado pela bancada do Partido Socialista, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

De seguida, foi a vez da votação do voto de louvor apresentado pela bancada do PSD, sendo aprovado por unanimidade.

O deputado Joaquim Santos solicitou a palavra ao presidente da mesa para responder às intervenções, o que lhe foi concedido:

"Só queria aqui aproveitar para dar dois conselhos ao PSD. Primeiro, que mudem de discurso. Segundo, que se entendam. Entendam-se, porquê? As duas primeiras intervenções da deputada Cristiana e do senhor presidente da comissão política, se a do senhor presidente da comissão política diz que isto foi tudo uma maravilha e que vivemos no país das maravilhas, a senhora deputada vem dizer que afinal isto não é nenhum país das maravilhas. Depois uma pergunta, que também acho estranho, embora que não tenha a ver com isso, que é uma pergunta do senhor deputado António Dinis, o senhor presidente da comissão politica não responde e venha responder alguém em nome do presidente da comissão politica, também acho estranho, mas enfim é um problema vosso e não meu.

Deixe-me só dizer duas coisas ao deputado Sérgio. O senhor andou completamente fora deste país durante estes anos todos, porque quando o senhor diz que houve investimento na educação, na saúde, na segurança social, o senhor não esteve cá. O senhor andou completamente a leste deste país, a leste do paraíso, que não é fatídico como aquele que o Partido Socialista lhe propôs ou que alguma vez prometeu e não cumpriu. Depois, o senhor se calhar é candidato a deputado, porque já está a ter o mesmo discurso deste governo. Primeiro, os senhores, propõem tudo aquilo que têm a propor, depois dizem que não propuseram nada. O senhor esteve desatento pelo seguinte: o senhor não ouviu qual foi a proposta do Partido Socialista acerca da TSU. O seu Partido é que não teve coragem e continua a não ter coragem para dizer aos portugueses, onde vai buscar o dinheiro à TSU, porque o PS já o disse. Para ir buscar o dinheiro para a segurança social há que criar emprego. Disse-o, aqui, na minha intervenção que a segurança social perdeu 8 mil milhões de euros nos últimos quatro anos, pelas políticas de destruição de emprego e pelo convite que o senhor primeiro-ministro fez aos portugueses para abandonar o país. Isso é que aconteceu. É essa a solução. Os senhores é que não têm solução nenhuma. Essa é que é a verdade. E depois vem com o desplante de pedir consenso. Primeiro tomam-se as decisões, depois pede-se socorro aos outros. Isto não é consenso, isto é imposição e nós não alinhamos nisso. Os senhores sigam o vosso caminho, tal como o gato disse à Alice "Sigam o caminho dependendo de onde querem ir, que nós seguiremos o nosso, porque sabemos para onde vamos". Muito obrigado".

O deputado Sérgio Rodrigues replicou:

"Ó Deputado Joaquim Santos, vai ser difícil ambientar-me a esta coisa do tu lá tu cá, neste diálogo, mas eu hei-de lá chegar. Mas vou dizer uma coisa, Joaquim Santos, nós nunca apresentámos o paraíso, foi sempre duro. Fomos nós que tirámos o país da crise, já nas outras crises que o PS arranjou, fomos nós que depois viemos resolver a questão, para depois voltarem a desbaratar. Foi isso que fizemos sempre ao longo dos 40 anos de democracia. Quanto aos empregos, nunca prometemos empregos, tal como os 160 mil que prometeram da outra vez e que neste momento já vão começar pelo mesmo jogo. O emprego, para mim, é uma coisa muito sagrada. Não me ouviu falar, aqui, em números de emprego, ouviu-me falar de um problema que é o desemprego. Deveria ser um consenso nacional para políticas sérias e combater o desemprego. Começamos nos 15%, vamos nos 13%, deus queira que desça mais e vamos ficar todos contentes.

A primeira coisa que me ficou sempre da atitude deste governo e nomeadamente de uma pessoa que tenho apreciado o trabalho que vai fazendo, embora reconheça que seja muito difícil, é o do Ministro da Saúde, porque parece que foi aquele que foi buscar dinheiro, não sei onde para pagar as dívidas astronómicas dos hospitais e das farmácias, que estavam a dizer que não há mais medicamentos para ninguém.

Os problemas internos do nosso partido, são nossos, são internos. Não vamos procurar pôr-nos no palco dos outros e não lhe vamos dar respostas disse tipo. Sobre a situação do deputado A ou B, fazemos a nossa própria apreciação, ficará cá dentro do nosso Partido. Vamos agradecer sempre o melhor dos trabalhos que toda a gente pretende e se emprenha para fazer, mas não vamos dizer o que entendemos sobre essas situações".

O deputado Joaquim Santos retorquiu:

"Senhor deputado, deixe-me só dizer uma coisa. Efetivamente, o senhor anda distraído. Apesar que não andar habituado no tu lá tu cá, o senhor quando vem fazer, aqui, uma afirmação tem que ter cuidado com aquilo que diz, tem de ter a certeza daquilo que diz e não apontar números para o ar que não são verdade. Quando este governo chegou

ao governo não encontrou 15 ou 16% de desemprego, encontrou 8% e agora está no 16% e que está mascarado.

Em 1978, veio pela primeira vez o FMI para Portugal, chamado por Mário Soares, diga que foi o anterior governo, o Partido Socialista, que destruiu o país para que ter de chamar o FMI. Em 1984, o FMI voltou para Portugal. Vá, também dizer que não sabe quem foi que destruiu o país. Foi a direita que esteve no poder, com sequência daquela coligação AD que começou em 79 e se prolongou até 83, é que levou a que Mário Soares chamasse pela segunda vez o FMI. Não foram os socialistas que destruíram o país, nem foram os socialistas que destruíram desta vez o país. Vamos voltar atrás, recorde-se do que fizeram antes dos governos de José Sócrates, o que fez em pouco tempo que lá esteve, o então primeiro-ministro que é agora provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e o que fez no tempo das "vacas gordas" durante uma década o que é atual presidente da república, a todos os milhões de euros que vieram e que foram desviados para os amigos e que destruiu, como já hoje aqui foi falado, a nossa agricultura e a nossa pesca. Recorde-se disso. Quando vier para aqui, deve ter a certeza daquilo que diz. Muito obrigado."

O deputado Abílio dos Santos interveio, de seguida:

"Boa tarde, senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, restante mesa, caros membros da assembleia.

Não venho para aqui fazer qualquer crítica política, nem nenhuma análise política. Venho é tentar fazer uma análise pedagógica do que deve ser a política. Com 40 anos que ando aqui nesta casa, começo a ficar saturado não pelo que se diz, mas da forma como se diz. Parece que andamos com aspetos odiosos. A fazer da política um rancor, um odio. Acho que isso não é política. Em 40 anos de política, com certeza que o PS fez coisas boas. Com certeza que o PSD fez coisas boas. Vimos para, aqui, dizer que foi sempre o PSD o culpado da situação grave que o país tem atravessado ao longo dos anos em democracia. Ouvir, para aqui, dizer que foi o PS o culpado. Isso é pura estupidez. Nós do PSD, poderíamos dizer uma coisa muito simples, como querem governar um país, se não sabem governar a vossa própria casa? Porque de todos os partidos políticos, é o único que tem dividas, cerca de 3,2 milhões de euros. A pergunta que farei é o seguinte: vão

governar o país e não sabem governar a vossa casa? Nunca o senhor deputado do PS ouviu dizer que o José Sócrates estava em Évora. Sabe porque é que não ouviu isso nem nenhum de nós? Podendo lá estar hoje um do PS, pode amanhã estar um do PSD. A vida política é esta, meu amigo. Devemos andar aqui com calma, defendendo a nossa dama, mas de forma racional, sem ofender ninguém. Que se faça política, nesta casa, de forma digna, democrática e não num ambiente irónico, rancoroso, que as vezes se vê aqui. Peço desculpa, mas tinha de reagir desta forma, porque quem não se sente não é filho de boa gente".

2- Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

"Senhor presidente da assembleia municipal, distintos secretários, membros da assembleia municipal, comunicação social, publico presente. A todos cumprimentos e saúdo.

Julgo, que se nota que estamos perto de eleições. Por várias razões. Porque temos candidatos e candidatos, pelo que se percebeu. Segundo, porque outros querem reaprender a lição perdida. E outros, porventura, ainda não conseguiram o caminho para perceber onde nós vivemos e onde queremos ir. Sem querer entrar em questões de maior apreciação política/partidária, julgo que há razões que estão acima da análise política/partidária e que várias vezes temos, aqui, feito a dita pedagogia da explicação e é sobre este prisma que eu me irei centrar. Nada pior do que ter convicções, algo muito positivo, e exercer pensamentos sobre convicções que estão erradas à nascença. Gostaria de conhecer os poderes legislativos da assembleia da república em que diga "crie-se emprego". Quero votar esse Decreto-lei. Julgo que cada um de nós, quando se faz a pergunta: "Qual é solução? Há que criar emprego." Se a decisão é uma decisão legislativa, quero apoiar essa decisão. Na verdade há decisões e soluções que não se atingem por estados de espíritos. Não se atingem por vontades próprias. Atingem-se, quando há

condições ou não, para as poder implementar. Verdadeiramente o nosso país tem um problema, já o disse e repito, não podemos continuar a ter o modelo de desenvolvimento acento exclusivamente no consumo e na geração de emprego alicerçada no serviço público do Estado. Enquanto nós pensarmos que essa é a única solução, nós estamos a aumentar despesa pública, não estamos a ganhar competitividade, não estamos a gerar riqueza para o país. Este modelo já foi testado. Poderia estar, aqui, a discutir sobre algo meramente falacioso. Está demonstrado que no período de 2001 a 2011, com um intervalo no meio de 2002 a 2004 e se nos focarmos melhor de 2004 a 2011 foi o período onde mais investimento público ocorreu. Foi precisamente nesse período, que duplicou a nossa divida pública, consequente à abertura aos mercados, à necessidade que a banca teve de se financiar, ao disparar do setor empresarial do Estado. Está demonstrado, não estou a fazer um exercício meramente de retórica ou de semânticas. Curiosamente nesse período, a taxa de crescimento média anual de Portugal foi de 0, 5% ao ano. Se não tivermos presentes estes dados, nada vale o sacrifício que estivemos a viver durante estes 4 anos e meio, é sinal que não aprendemos a lição. Portugal tinha e tem um problema estrutural, se não for capaz de olhar com perspetiva para este problema. A solução está na criação de emprego, mas têm de ser as empresas a criá-lo. Tem de ser a economia a reagir a esta questão. Por isso parece-me muito positivo, para quem diz que está tudo na mesma e que o país de afundou. Julgo que é importante percebermos os dados da Pordata. Taxa de desemprego de 2011 – 13%, taxa média tem variações trimestrais. Taxa de desemprego 2012 – 15,5%. Taxa de desemprego em 2013 – 16,2%. Taxa de desemprego em 2014 – 14%. Taxa de desemprego atual – 13%. Dir-me-ão "foi o êxodo de toda a gente que emigrou que levou a que tenha caído a taxa de desemprego". Também estão dados bem claros, nos anos dourados 2003, 2004 a 2010 a taxa média dos nossos concidadãos que saíram do país foi sensivelmente a mesma da que ocorreu em 2012, 2013 e 2014, uma variação entre 10 a 20 mil pessoas /ano, dados oficiais, não são inventados. Isto para dizer, que verdadeiramente o país não está na mesma. O país está melhor, porque acima de tudo seguiu um caminho estrutural, que julgo que é importante. Mas a pergunta que qualquer pessoa sensata fará: " mas já chegamos onde deveríamos chegar?". Não, ainda não, porque enquanto nós continuarmos a ter, mesmo nos 13%, uma taxa de desemprego muito elevada. Enquanto não formos capazes de recentrar a atração dos nossos principais

quadros, de jovens qualificados, não estamos a preparar devidamente o futuro do nosso país. Enquanto não tivermos a consciência que temos um problema de sustentabilidade na segurança social, não estamos a olhar para o país. Não basta querer dizer que se está a criar uma guerra de pais com filhos ou de avôs com filhos. É um problema de sustentabilidade. Convém ter bem presente o que é que nós queremos. Emprego sustentável gerado pelas empresas ou queremos ter emprego falso, emprego à conta do Estado, à conta de subsídios do Estado, que somos nós todos que os pagamos. Julgo que esta discussão tem de ser feita e é bom que haja caminhos diferentes, não só para ver onde as Alices deste país devem passar, mas mais do que tudo onde nos devemos posicionar nesta perspetiva. Acho que há uma discussão que o país tem de fazer, não centrado em questões politico/partidárias, mas em questões de modelo para o país. Também já tive oportunidade de explicar, várias vezes, que a nossa dívida pública primária, hoje não é deficitária se expurgarmos o custo da dívida, isto é os juros que lhe estão associados. Isto quer dizer que se nós não tivéssemos este serviço de dívida que simboliza o mesmo custo que tem o custo da saúde, ou seja, custa tanto em Portugal o ministério da saúde como custa pagar os encargos de dívida gerados ao longo de décadas. Como se têm de pagar os encargos associados ao resgaste de 2011? Só se pensarmos que as dívidas não são para se pagar. Esta é que é a verdade dos factos. Nós hoje se afastássemos os serviços de dívida, Portugal era um país que não tinha *deficit*.

Também é bom perceber, não estamos a falar do mesmo programa "simplex". Tive o cuidado na última assembleia municipal de explicar em que é que consistia o programa "aproximar". O programa "aproximar", em primeiro lugar, é para dar uma resposta àqueles que em 2011, e não quero discutir quem, colocou no memorando que em 2012 teriam de fechar 20% das repartições de finanças, em 2013 mais 20% das repartições de finanças. Nós em vez de reconhecermos a inteligência de alguém que idealizou um programa diferente em que diz não vamos fechar estes serviços, apesar de ser uma obrigação que a Troika nos ia obrigar, mas por demonstrarmos que isto afastava o Estado dos nossos concidadãos, vamos desenhar um modelo que não seja despesista, que não pague os milhões de euros que se pagavam na Avenida da Liberdade para ter uma Loja do Cidadão, ou alguns milhões pagam em Viseu e muitas cidades deste país. Vamos

pensar num modelo que posso aproveitar espaços do Estado que estão vazios e que se podem otimizar se aí forem colocados serviços que hoje pagam rendas fora. Esta é verdadeiramente a essência hoje da Loja do Cidadão. É bom reconhecer que teremos cinco Espaços do Cidadão, seremos o concelho que teremos em termos de densidade populacional mais Espaços do Cidadão terão dentro da nossa CIM. Como no transporte porta a porta, acredito nestas soluções. Não estarei preocupado em saber qual vai ser o governo que as vai implementar ou quem irá continuar o processo de descentralização de delegação de competências em particular no domínio da educação. Nesse dia estarei, aqui, para discutir com aqueles, que hoje têm por questões táteis reserva, para discutir qual é a diferença da proposta que há-de vir nesse dia comparada com aquela que temos hoje.

Em relação ao José Manuel reconheço as referencias feitas. Sente-se em alguns setores algum dinamismo, principalmente numa área em que Tondela era mais frágil, porque há alguma atratividade de outros pólos mais próximos. Na área do comércio e serviço tiveram algum incremento. Mas para dizer que nós a seu tempo daremos a devida importância a esta Associação, que se procurou constituir, que visa em grande parte apoiar não só o comércio, mas também os serviços e acima de tudo proporcionar-lhes o acesso a instrumentos financeiros no quadro do "Portugal 2020" para ganhar mais competitividade. E que tanto como gostamos de viver aqui, também queremos uma região de bem-estar para todos. É nesse equilíbrio que nos posicionamos.

Sobre as questões de Siadap, colocadas pelo Dinis, a questão é relativamente simples, na medida em que o processo de 2013/2014 foi desenhado em 2013. Não interessa saber quem tinha funções nos recursos humanos até julho de 2013. Mas, também, o normativo legal prevê se possa recorrer á avaliação por ponderação curricular. É isto que está em curso.

Sobre as questões de coligação não é matéria para, aqui, me prenunciar. Nem é este o Fórum para estas questões. Com uma certeza que é bom ter presente, o concelho de Tondela teve, ao longo da história democrática, vários deputados eleitos. Uns em lugar ilegível, outros em lugar não ilegível e que só vieram a ser ilegíveis depois de os primeiros terem exercido outras funções. Destaco, desde logo, em 1976, na assembleia constituinte

Dr. José Francisco Lopes, porventura dos deputados mais prestigiados que o nosso concelho teve. Nos anos de 1991 a 2001, teve o Dr. Carlos Marta. De 2001 a 2007, teve o Dr. Andrade Miranda. Agora nestas duas legislaturas, o Dr. João Carlos Figueiredo. Na constituição destas listas, só nos últimos tempos é que o deputado indicado pelo concelho de Tondela estava incluído em 4º lugar. Curiosamente, esse é o lugar, que na constituição da coligação pertence ao CDS. É bom perceberem e não querendo fazer extrapolações, que uma lista em coligação não é uma lista simples. Tal como já foi aqui referido, o CDS tem uma forma muito simples de resolver esse problema, que é indicar um seu deputado, em 4º lugar, que tenha perfil e curriculum para ser ilegível e portanto nós, se essa for uma boa proposta e uma boa decisão, oriunda e natural do concelho de Tondela, cá estaremos para avaliar todas as condições que daí resultem".

Continuou com a intervenção escrita. (anexo 6) e de seguida com a visualização das atividades decorridas desde a assembleia de abril, em imagens.

O deputado António Dinis por motivos pessoais saiu.

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

"Senhor presidente, em relação à sua intervenção e propriamente as atividades da câmara, deixe-me só voltar um pouco atrás, dizer-lhe que convém ouvir o que se diz e não aquilo que nós entendemos por defeito ou por que haja qualquer mal-entendido ou o propósito do entender mal. Quando falamos acerca do Simplex e das Lojas do Cidadão, nunca dissemos que somos contra a implementação e a regeneração ou ir mais além, que vai levar o primeiro-ministro, que amanhã estará em Viseu. O que estou a dizer é que apesar do convite que me endereçou, que agradeço, também tinha recebido um da CIM, não irei estar presente por motivos óbvios, porque estando em período pré eleitoral não participarei em propaganda deste governo. O que quis dizer foi que, os senhores dizem mal por dizer mal, mas no fim acabam por aceitar que ouve muita coisa dos governos socialistas que podem aproveitar, e ainda bem que aproveitam, porque só têm a lucrar com isso.

Quanto à criação de emprego, obviamente não é por Decreto-Lei, faz-se por medidas. O que este governo fez até agora foi decretar para destruir.

Deixe-me fazer uma referência quanto a uma afirmação que fez. Se era a nós Partido Socialista que estava a dizer que diabolizamos as interferências da Câmara Municipal na área da educação, antes pelo contrário, entendemos que isso é uma das competências da Câmara Municipal, só até onde devem ir das suas próprias competências. Quando fala, aqui, das iniciativas promovidas pela Câmara junto aos estabelecimentos de ensino, acho muito bem e cada vez deve fazer mais. Não tem nada a ver com aquilo que tem sido discutido, a tão famosa delegação de competências para os municípios no domínio da educação.

Por fim e a propósito das atividades da Câmara, falou-se que foi inaugurado o mercado, no qual também não participei por motivos óbvios. Promete-lho que se houver uma inauguração e se não vier ninguém do governo, que penso que não tem nada a ver com isso, porque não foi financiada pelo governo, irei, porque o senhor merece a minha consideração como presidente da câmara.

Sobre a Regeneração Urbana, terminou com a finalização das obras do mercado. Há qualquer coisa que está por acabar e que prejudica e já chamei atenção quando foi feito, que são as entradas ou saídas do Centro Histórico de Tondela. Numa delas, existe uma passadeira em frente à Farmácia Horta. Mais a abaixo, em frente à Eletrossepol, depara-se facilmente, quando entramos na rua Tomaz Ribeiro, com peões que estão a atravessar na passadeira. Acho que deveria ser corrigido, porque é fácil, basta fazer a rampa de acesso a peões um pouco mais ao lado e fazer aí a passadeira. A outra é ao fundo, na entrada para a feira, quem vem a sair da rua Abel Lacerda, para se cortar no sentido Viseu, temos de ir contra a mão. Na entrada de quem vem da avenida Ao Tom Dela, tem uma rampa fora das normas, porque além de ter sido mal feita, o terreno cedeu um pouco. Convinha fazer estas reparações, porque são coisas simples. Muito obrigado".

O deputado Sérgio Rodrigues continuou. (anexo 7)

Seguidamente, o deputado Felisberto Figueiredo tomou da palavra:

"Muito boa tarde a todos.

Queria aqui salientar a ligação da variante poente, obra que foi apresentada e espero que tenha acalmado um cidadão que costumava vir aqui com frequência, reclamar aquela obra. É o fecho de uma malha importante para a circulação externa de Tondela e que poderá vir a ser concluída em anos futuros na vertente mais a norte, como chegou a ser pensado inicialmente.

Venho aqui regozijar-me pelo projeto "Tondela + 10", julgo que é o caminho que a autarquia deve trilhar e está a trilhar muito bem. Julgo que não é demais realçar. A ligação com o ensino superior, com as instituições que promovem o desenvolvimento cultural, intelectual e científico, através das nossas universidades e institutos, que apadrinham e funcionam como acelerador desses projetos e sobretudo a ligação à juventude dando oportunidades de criação de projetos de desenvolvimento e de ideias de negócio que podem potenciar aquilo que deverá ser o maior e melhor capital do nosso país, que é o desenvolvimento das novas tecnologias, a coragem da inovação. Dou os parabéns ao senhor presidente por essa opção que está a ser realizada e concretizada no nosso concelho.

Já disse aqui que aplaudi com as duas mãos um projeto do António Guterres, quando propôs o prolongamento das atividades curriculares nos jardins-de-infância, com a refeição, etc., herdamos sempre coisas boas dos governos anteriores e devemos aproveitá-las, assim como herdámos opções erradas e que nos têm saído caras. De qualquer forma é uma realidade, os governos o que fazem seja bom ou mau tem sempre consequências no futuro. Às vezes também é dessas opções boas ou más que vai havendo as chamadas mudanças democráticas e só temos de nos alegrar com isso, embora lamentando as consequências dos erros que muitas das vezes são demasiadamente caros, como no atual momento e esperamos que estejamos a sair dessa situação".

O senhor presidente da câmara respondeu às intervenções:

"Quer o Dr. Felisberto, quer o professor Sérgio referiram-se ao Tondela +10. Não estamos tecnicamente preparados para poder acompanhar estes projetos. Existiram

sempre vicissitudes, dificuldades que é necessário conjuntamente saber superar. Tal como disse, acredito profundamente que atratividade do nosso território vai passar muito por esta dimensão integradora entre o tecido económico, industrial empregador e o tecido universitário. Se é verdade que temos um problema de natalidade que é transversal ao país, temos um outro problema e esse sim poderemos invertê-lo mais cedo, que é o da deslocação dos nossos jovens. Se é verdade que tendencialmente, vamos caminhar para um patamar onde a generalidade dos nossos jovens terão acesso ao ensino superior, se não tivermos vínculos de ligação ao território, desses poucos que temos não regressarão ao território. Ora, essa é a nossa principal estratégia de ligação, criar vínculos e demonstrar que o sucesso aqui é tão maior quanto maior for a nossa capacidade de os acolher. Aquilo que no passado era reservado a poucos, o acesso ao conhecimento, hoje não é um obstáculo, mas deve ser uma vantagem acrescida. Sabemos que estes projetos não produzem efeitos no ano a seguir. Não estamos envolvidos neste projeto por uma questão de estratégia mediática, mas sim por uma questão estrutural.

Em relação às questões colocadas pelo deputado Joaquim Santos, sobre a mobilidade e a Regeneração Urbana, algumas delas termos de as acompanhar. Há rampas e obras que não ficam bem à primeira, foi o que aconteceu com a rampa de Vilar, teve de se compor num segundo momento. Reconheço e temos procurado corrigir alguns pormenores.

O que disse sobre as Lojas do Cidadão não foi reconhecer o mérito ou o desmérito. Foi reconhecer que este modelo é diferente. Não se tratam tão só de Lojas do Cidadão. Tratam-se de Espaços do Cidadão e trata-se de encontrar uma estratégia para evitar aquilo que era dado como garantido que era o encerramento de 40% das Repartições de Finanças. Ouço bem, julgo eu e também interpreto bem aquilo que digo. Disse: "Poderíamos não ter mantido esta estratégia e hoje todos estarmos a lamentarmo-nos", mas nós não, não teríamos essa preocupação com as Repartições de Finanças, mas outros estarem com este problema. Há coisas que são positivas, sim. A pergunta é: as positivas são feitas nas melhores condições financeiras? Se calhar não, nomeadamente a dimensão das Lojas do Cidadão criadas no passado. A duplicação de serviços. Porque as Lojas do Cidadão levaram a que os centros distritais passassem a ter serviços duplicados, esvaziando

recursos das periferias. O que julgo positivo nesta estratégia é que primeiro não seja duplicação de serviços, segundo que não se esvaziam serviços de proximidade em particular naqueles que não são os grandes centros urbanos. Isso está garantido. E que seja feito sem aumento de recursos financeiros.

Reconheço os elogios que faz ao município em matéria de educação. É precisamente por isso que julgo que deverá no futuro repensar a resistência sobre as matérias de aproximação de descentralização de competências em relação a esta temática. E em particular afastando explicitamente qualquer intuito, como o disse no passado, que tal disponibilidade do município pressupõe caciquismo. Muito obrigado"

2.2. Análise da contração de empréstimo de médio e longo prazo até €2.000.000,00

O presidente da câmara tomou da palavra:

"Senhor presidente da assembleia

Restantes membros

Antes de iniciar este ponto, justifica-se uma questão de enquadramento. Esta assembleia à luz das competências próprias só tem que se prenunciar sobre as condições de contratação, isto é, relatório de adjudicação do empréstimo. A competência de consulta de procedimento é do órgão executivo e a competência de aprovação do relatório de adjudicação é uma competência da assembleia municipal.

Tal como referi na última assembleia, a 30 de abril, que perante a eventual e provável, naquela altura, ascensão do Desportivo de Tondela à 1ª Liga, tal implicaria uma decisão à qual eu disse que era importante ter um consenso politico alargado. É por essa razão que este ponto vem hoje à assembleia para que as diferenças forças políticas possam dizer aquilo que pensam.

Uns entendem que é necessário um grande debate público sobre esta matéria, outros entendem que é necessário um referendo. Eu direi ou não estavam cá no dia 24 de maio ou não saíram de casa. Se tivessem vindo à rua teriam percebido que o maior

referendo foi feito nessa noite. As 4 ou 5 mil pessoas que estiveram na rua, julgo que saíram de casa, porque quiseram expressar a sua alegria, mas ao mesmo tempo querem que o Clube Desportivo de Tondela jogue em Tondela. Esta é questão que me parece ser absolutamente crítica. É perante este cenário que temos a necessidade de criar um consenso nesta matéria, não porque o presidente tenha receio em tomar decisões. Esta oportunidade que hoje surge é um desígnio para o concelho de Tondela, tal como tive oportunidade de referir em várias intervenções públicas e em particular na receção que fizemos, aquando da entrega das faixas de campeão. Esta é uma oportunidade única para que Tondela se afirme como o segundo palco mais importante na região centro, no que diz respeito aos palcos desportivos. Dir-me-ão que o Arouca também pertence à região centro, é verdade, mas no caso concreto refiro-me a Coimbra e Tondela. E nós temos, sabendo que isto tem um sabor amargo para alguns. Não falo de Tondela, falo dos perímetros das áreas suburbanas de Tondela. Mas é precisamente por isso que nós com humildade devemos saber tirar proveito desta situação única. Tirar proveito na afirmação regional, na liderança, na atratividade, naquilo que é o reforço da centralidade de Tondela no contexto regional. Perante esta circunstância, julgo que não temos espaço que não seja estar unidos. Não há outra opção, porque pergunto eu: quais são as alternativas? Em 2004, o município, esta assembleia, porque aprovou o Plano de Atividades, aprovou e executou um conjunto de obras que rondou 2,3 milhões de euros no Estádio João Cardoso, recorrendo a fundos comunitários. Estas obras foram para requalificar o Estádio para fazer uma nova bateria de instalações de balneários, para melhorar a bancada central. Foram feitas. Quem as pagou? Pagamos todos nós, com os nossos impostos. Foram feitas, porque então estabeleceu-se um contrato de direito de superfície entre o Município e o Clube Desportivo de Tondela, onde as infraestruturas do Estádio João Cardoso são do Estádio, não são municipais. Tem é uma cogestão onde o Município apoia a manutenção desses equipamentos. Essa é a mesma razão, que hoje, dá a legitimidade ao Município para ser um parceiro neste processo. Já ouvi alguém dizer que se deveria fazer um estádio municipal. Não se justifica não aproveitar as infraestruturas existentes, devemos potenciar o que temos, sabendo todos os constrangimentos que aquelas infraestruturas têm. Quero com isto dizer de forma clara que a operação que temos em cima da mesa prossupõe um empréstimo. Estão a ser consultados até à próxima quinta-feira as sete entidades bancárias

que têm presença no nosso concelho. Daqui resultará um relatório de adjudicação e ainda virá a esta assembleia durante o mês de junho a sua aprovação que de seguida será remetido para visto do Tribunal de Contas. Esta é a opção, porque qualquer outra implicaria outros domínios de governação. Esta opção não porá em causa a normal gestão e cooperação com as juntas de freguesia, porque se colocasse estaria a enfraquecer a nossa estratégia de desenvolvimento local. Esta opção não porá em causa o normal apoio às outras instituições do movimento associativo. Esta opção não põe em causa a solidez, para mim sagrada, das contas do município. Já o disse publicamente e hoje repito que só no ano de 2014, o município pagou de juros e amortizações 1,5 milhões de euros. Garanto que com este empréstimo, em 2017 o serviço de dívida do município é inferior áquilo que existia em 2013.

Esta é uma decisão excecional dirigida para esta obra. Não vale a pena dizer, porque está escrito em vários jornais: "Preparem-se que a seguir vem a carga de impostos". Nós temos a menor taxa de IMI possível. Para mim, tenho como ponto de partida não alterar essa taxa. A operação que aqui está é sustentada, com base no nosso serviço de dívida e nos encargos que daqui decorrem. Gosto de ser muito claro nisso, para que não haja insinuações. Refleti muito sobre esta opção. Mas tenho a noção plena que a ter que a tomar o caminho é este. Portanto, é neste quadro que se coloca a análise deste ponto. A assembleia terá de ser pronunciar sobre o relatório, que é meramente formal, é fazer fé que os técnicos que vão fazer o relatório sabem olhar os números e fazer a melhor opção. A questão que aqui está agora é de natureza politica, estratégica e de desenvolvimento. É sobre ela que é importante a assembleia se pronunciar. Não podemos congratular-nos com a subida do Tondela à 1ª Liga, estar na festa e depois dizer que o Clube faça as obras. Este cenário não existe. E nunca contem comigo para ter um Clube na 1ª Liga e nunca o ver jogar em Tondela. O concelho não teria proveito desta opção.

Por fim, só um pormenor. Já ouvi intervenções dizer que pode ser um bilhete de ida e volta. Provavelmente não ouviram as declarações do presidente do Clube que num ato de grande responsabilidade disse na cerimónia que ocorreu nos Paços do Concelho, que tudo fará para que esta seja uma chegada e não uma passagem. Por isso é que nós mantemos o mesmo presidente no clube. Muito obrigado"

Seguidamente interveio o deputado Jorge Batista, que se transcreve:

"Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da assembleia municipal

Senhores representantes da comunicação social

Senhoras e senhores,

Conforme já tivemos oportunidade de manifestar, a subida do Clube Desportivo de Tondela (CDT) à 1.ª liga do futebol nacional enche-nos a todos, tondelenses, de orgulho e satisfação.

Independentemente da predileção que cada um tenha em relação ao futebol, está em causa a projeção do nome da cidade de Tondela, a que alguns órgãos de comunicação Social nos trataram como sendo *"uma vila do distrito de Viseu, com cerca de 4.500 habitantes"!* Quando nos invadiram, com diretos e noticiários.

Enfim, algo que não podemos controlar, mas que mostram bem o resultado de uma forma errada de fazer política, que gastou muito dinheiro, mas que nunca conseguiu ultrapassar as barreiras do território, quando nos tentarem vender a ideia de que Tondela era um oásis na zona centro do país!

Não estamos aqui, agora para falar do passado, mas devemos saber quem somos, de onde vimos e para onde queremos ir! Temos de saber distinguir entre fazer propaganda e fazer promoção, porque, mais do que o dinheiro, a imaginação e a inteligência são a arte que faz a diferença!

Por isso, e sobretudo quando se trata de gerir dinheiros públicos, temos de o fazer com mais cuidado do que se fosse gerir o nosso próprio dinheiro!

Mas voltemos á questão essencial:

O CDT subiu ao escalão primeiro do futebol nacional, é um facto. Foi, e é, um acontecimento de exceção e, não só por isso, mas também por isso, dever ser tratado como tal – com exceção!

Naquele final de dia e prolongada noite, milhares de Tondelenses saíram à rua e festejaram, de bandeiras em punho e cachecóis ao pescoço, numa euforia tamanha que terminou madrugada adentro.

Gente conhecida e gente anónima, juntaram-se aos adeptos do CDT para festejarem tão grande, como até há uns tempos atrás, inesperado, título!

Ora, depois da festa, há sempre "o dia seguinte", embora este dia já tivesse sido antecipado e decidido a forma de enfrentar tão grande desafio para o município tondelense.

Não só em Tondela, mas por esse mundo fora, o futebol gera paixões e ódios, gera rivalidades e consensos, gera entusiasmos, mas também mantém muita gente indiferente. Podemos dizer que ser amante do futebol não é para todos e ser adepto de um clube é um estado de espírito e, como tal, não nos anima por igual!

Esses estados de espírito são efémeros - não se vive de paixões clubísticas que nos alimentam a alma durante 90 minutos semanais.

Enfim, o futebol não é, nem nunca será, consensual! É, contudo, e quase sempre, a causa de discussões entre vizinhos, entre concidadãos e povos. Mas é também uma festa!

Logo, decidir politicamente sobre o futebol, é tão melindroso como sensível, é estar a arriscar e interferir nas consciências ou na filosofia de vida de cada um, independentemente da sua convicção clubística, da sua crença religiosa, da sua doutrina política, ou mesmo perante o seu desinteresse em qualquer destes capítulos sociais.

Assim, e no sentido do maior respeito por todos os membros desta assembleia, eleitos nas nossas listas, o Partido Socialista de Tondela, por unanimidade, decidiu, que cada um de nós tenha a liberdade de utilizar o seu voto consoante a sua vontade. Trata-se

de um assunto para o qual nenhum de nós foi sufragado, tratando-se, como dissemos, de um acontecimento de exceção e que deve respeitar as diferenças que existem entre nós e dar sentido à responsabilidade que assumimos perante os nossos eleitores.

No entanto, o sentido de voto de cada um dos deputados não depende só dos seus valores. Também depende da credibilidade de um projeto, da forma como vai ser executado, e dos meios de que vai dispor para honrar os seus compromissos junto dos credores. Se através da receita, quais os impostos que vão aumentar. Se na redução da despesa, quais as rubricas do orçamento que vão ver uma redução de valores. E já agora, qual o conteúdo de um novo protocolo a assinar com o CTD? Para além do crédito, que outros apoios financeiros e logísticos a CMT dará ao CDT? E finalmente, qual a participação do CDT na liquidação desse crédito? Estas são algumas questões que esperamos ver esclarecidas pelo Sr. Presidente da Câmara".

Continuaram os trabalhos, com a intervenção do deputado José Hélder:

"Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, membros da assembleia municipal.

Como qualquer cidadão do concelho de Tondela, todos nos congratulamos com tudo que seja bom para a nossa terra. Muito bom foi o CDT ter subido à 1ª Divisão e campeão inclusivamente. Agora são os gostos que cada um tem e as paixões. Agora o que estamos aqui a discutir não é isso. Para mim 2, 3 ou 4 milhões não está em causa. O que está em causa é o princípio, se o município deverá alavancar a participação num clube na 1ª divisão por um clube de nível profissional. Penso que a lei prevê, que deveria ser constituído uma SAD, ter os próprios acionistas e a partir daí ser gerido como uma empresa. Penso que sendo um clube profissional não deveria estar numa sociedade por quotas, que penso que é o que existe, e dependente do dinheiro público. O senhor presidente da câmara frisou que em 2005 foi feito um grande investimento no estádio, que serve a parte profissional, as camadas jovens e outros tipos de desportos. O município tem apoiado e bem. Esta assembleia tem apoiado todas as resoluções. Agora acho que quando se chega ao patamar do profissionalismo, o clube deveria constituir uma SAD e a partir daí, quem quer ser acionista é, quem quer participar participa, quem quiser apoiar

apoia. O município também deverá apoiar. Mas penso que este apoio é desmedido. No fundo a sobrevivência o clube depende da câmara, porque se não houver esta participação no estádio, o clube não tem esta projeção. Quem está a ser projetado é o concelho e a nossa região e é importante que o seja, mas penso que estamos a ter um apoio desmedido, tendo em conta outras prioridades que existem no nosso concelho. Uma cidade ou um concelho não precisa ter um clube de 1ª divisão para ser importante. É importante que o tenha, mas se não o tiver não vem mal ao mundo. Não está em causa o CDT, diria de qualquer um. Quando chega ao patamar do profissionalismo, acho que deve ter outras fontes de receita e outra forma de gestão e não estar muito dependente do investimento público. Quer se queira ou não, nos próximos mandatos vai ficar afetada a vida do concelho. Mais ou menos dependendo do prazo em que o empréstimo decorrer, isso vai afetar. Deveria ter havido menos fervor no investimento ou então em 2005 deveria ter sido feito um estádio como deve ser, porque agora vamos partir muita coisa que foi feita naquela altura.

Como presidente de junta, queria dizer que sinto-me muito mal na minha freguesia, se apoiar esta solução de empréstimo, porque nunca pedi à câmara para se endividar por qualquer obra. Quero só recordar, que estou aqui há 31 anos consecutivamente, e tenho obras que o senhor presidente já hoje falou, que é a estrada de Marruje à Amieira, que anda sucessivamente desde 2003 a ser-me prometido e nunca é feita. Não sei que cara teria com os meus munícipes se apoiasse uma solução destas e não pedisse um esforço para obras mais importantes para a população. Muito obrigado".

Seguidamente, interveio o deputado Joaquim Santos:

"Antes da minha intervenção propriamente dita, queria fazer alguns reparos à cerca daquilo que disse o senhor presidente da câmara.

Obviamente que a assembleia se tem de pronunciar sobre o relatório de adjudicação, mas não admitirei que seja colocado como o senhor presidente disse na última assembleia; "ou fazemos o empréstimo a taxa de juro baixa ou fazemos como se fazia antigamente". Quero que seja discutido nesta assembleia, quando isso for votado, se há ou não empréstimo, seja ele em que moldes for.

Quero lembrar, aqui, que já tivemos em Tondela, um campeão do mundo, concretamente em Mosteiro de Fraguas, duma modalidade menor. Campeão de veteranos de tiro de fosso universal. Nunca esta câmara, a não ser por uma vez que lhe deu uma menção no dia 16 de setembro, lhe deu qualquer apoio, apesar de ter sido alertada para isso e estávamos a falar de um campeão do mundo.

Senhor presidente, o senhor disse que tem o direito de superfície. Muito bem. Mas percebi aquela de me dizer acerca do IVA. Ou melhor pôs-me apenas numa condição. Ou o Clube Desportivo de Tondela faz e a Câmara paga. Não colocou a outra condição. A Câmara faz e o Tondela paga. Isto é que deveria ser posto em alternativa. Não é dizer a câmara paga ou a câmara paga.

O senhor disse que há quem defenda o amplo debate público. Fui eu que disse isso. Defendo, porque tenho falado com as pessoas e sei o que elas sentem. Quando o senhor diz que não coloca em causa o apoio das juntas de freguesia e das associações, também acredito que não. Era o que faltava. Mas quem é que paga? O dinheiro não cresce. Não há o milagre da multiplicação. Não é retirado às juntas de freguesia nem às associações, mas ele irá faltar nalgum sítio".

Continuou com a intervenção:

Senhor presidente da Assembleia municipal

Senhor presidente da Câmara Municipal

Senhores membros da Assembleia Municipal

Como tondelense, senti orgulho, e já tive oportunidade de o manifestar, pela subida do Clube Desportivo de Tondela ao escalão principal do futebol profissional.

Hoje, tal como a vós, chamam-me a tomar uma decisão, tão importante quanto delicada, sobre a autorização de um empréstimo de 2 milhões de euros, que o município deverá assumir para realizar obras no estádio João Cardoso, e que possam garantir a realização de jogos primodivisionários em Tondela.

Entendo que, seja qual for a decisão de cada um, ninguém ficará a salvo de críticas ou de aplausos. Devido à sua delicadeza, a minha posição foi pensada, seguindo, como sempre fiz, as minhas convicções pessoais e a minha consciência, enquanto cidadão e enquanto autarca eleito por pessoas que confiaram em mim.

Por isso, e salvo outras e melhores opiniões, que respeito, condicionei a minha decisão a algumas questões que coloquei a mim próprio, mas que também vos coloco, porque qualquer decisão, seja ela qual for, a todos compromete e compete a cada um de nós assumir as suas responsabilidades.

Enquanto cidadão, sou adepto do futebol, tenho as minhas convicções clubísticas, herdadas desde pequenino, e que nunca abandonarei! Entendo o futebol como uma paixão, como um estado de alma, mas nunca como uma essência da qualidade de vida!

Enquanto autarca, e para evitar promiscuidades, defendo a separação do futebol da política, tal como defendo a separação da política dos negócios!

Mas também não posso deixar de referir, recordando-me de algumas posições assumidas por algumas pessoas, umas presentes, outras não, quando da realização do Euro 2004, que criticaram o governo de António Guterres que assumiu essa candidatura. Na altura, chamaram-lhe despesismo, criação de elefantes brancos, que efetivamente aconteceram, não por culpa do governo, mas por gula de alguns autarcas que tiveram mais olhos que barriga e exigiram contrapartidas para construção de infra estruturas, condenadas à partida ao fracasso financeiro, como foi o caso de Leiria, Aveiro e Algarve.

Relembro ainda as ferozes críticas às PPP's, transversalmente criadas por todos os governos e pela generalidade das autarquias, onde se inclui a câmara municipal de Tondela, mas nunca assumidas como um desastre financeiro, porque as promoções pessoais falaram, sempre, mais alto!

Sempre, nestes últimos anos, ouvi falar do despesismo e da crise, em que continuamos mergulhados, como se houvessem empréstimos bons e empréstimos maus, e alguns deles não fossem para pagarmos.

Tondela não está fora do contexto nacional, seria bom que assim fosse, e todos teríamos razões para sorrir, mas não!

O município de Tondela sempre pecou por dar passos maiores que as pernas lhe permitem alcançar – se as contas municipais permitem recorrer à banca, é porque transferiu alguns dos seus investimentos para entidades privadas, mas que todos teremos de pagar e já estamos a pagar, e são bastantes milhões de euros!

Agora, pretende o município de Tondela investir mais de 2 milhões de euros numa propriedade que não é sua, mas privada, seja ela do CDT, ou seja da benemérita família, que nunca abdicou dos seus direitos em favor do município.

O CDT, apesar de ser uma coletividade, não deixa de ser uma entidade privada, dos seus sócios, pese embora desenvolva algum papel social na promoção das camadas jovens do futebol, mas já custeadas pelos dinheiros públicos! Julgo que, entre o deve e o haver, não haverá alguma dívida social pendente do município em relação ao clube.

Mas também não posso deixar de chamar a atenção para o facto de existirem, no nosso território, outros clubes com história, embora menos bafejados por apoios, apenas porque não são da sede do concelho, já farta de obras, que nunca são muitas, mas que denotam desequilíbrios dramáticos em termos de investimentos, quando todos os cidadãos deveriam ser tratados por igual, da mesma forma quando são chamados a pagar os seus impostos.

Vejamos alguns dos investimentos municipais e comparemo-los:

O município transfere, anualmente, para as associações do concelho, mais de 800 mil euros. Atualmente, uma fatia de quase um quarto desse valor é atribuída ao CDT, seja para promoção, seja para o que lhe quiserem chamar. Nunca contestei essa verba, porque todo o dinheiro destinado á promoção desportiva, social e virada para a juventude, não é um custo, mas sim um investimento!

Mas o município de Tondela é já responsável pelas infra estruturas desportivas da sede do concelho, pela manutenção de relvados, que incluem água e eletricidade, que

representam muitas e muitas dezenas de milhares de euros anuais. Feitas as contas, e se lhe adicionarmos as amortizações do empréstimo que será contraído, os encargos passarão, no total, para mais de um milhão de euros anuais, reservando para o CDT a parte leonina, com mais de 50%, quando o nosso concelho tem 19 freguesias, uma população de cerca de 29 mil habitantes e a sede concelhia representa cerca de 15% das nossas gentes! Mas as despesas a assumir não se quedam pelos 2 milhões de euros – são acrescidas de mais umas dezenas, ou centenas, de milhares de euros, para as quais o senhor presidente do executivo tem competências, sem consultar ninguém, de adjudicar o reforço da iluminação, da vigilância eletrónica e a instalação dos torniquetes de controlo de entradas.

Enquanto isso, essas 19 freguesias recebem, de transferência municipal, não em forma de contribuição, mas para fazer face a competências camarárias, cerca de 450 mil euros anuais; ora, 2 milhões de euros são, aproximadamente, 5 anos de transferências para as nossas freguesias – 5 anos!

No entanto, não há dinheiro para outras necessidades. Não há dinheiro para aquisição de uma máquina niveladora para colocar à disposição das freguesias, como se fazia antigamente, para resolver necessidades prementes de arranjos de caminhos, e que estão fora do alcance orçamental da maioria das juntas de freguesia!

Não há dinheiro para pagar a iluminação pública que desgasta a paciência de todos os pagadores de IMI, mas que se deparam com a lâmpada apagada, que está à sua porta, porque a crise não permite manter essa regalia, mesmo que isso resulte em acidentes pessoais e em diminuição de segurança para as pessoas. Se considerarmos que há uma poupança anual de 100 mil euros, estamos a falar de um empréstimo que corresponde a 20 anos de poupança de eletricidade, num concelho que, supomos, já deve ser ímpar na permanência desta medida para enfrentar a crise! E se a prática desportiva faz bem à saúde, que dizer aos utentes do Centro Municipal de Marcha e Corrida, que fizeram um abaixo-assinado para lhes ser reposta uma hora semanal, que lhes foi retirada, e que, passados meses, ainda não viram respondida essa sua preocupação. Apesar do seu contributo financeiro, para continuar uma bandeira municipal, relacionada com o projeto

Saúde em Dia, retiraram-lhes uma hora semanal, que representaria um investimento anual de pouco mais de meio milhar de euros! Agora falam-nos em milhões!

Senhoras e senhores membros desta assembleia e, sobretudo, senhores presidentes de junta:

Quando forem confrontados, pelos vossos munícipes ou pelos vossos fregueses, sobre algumas considerações que aqui vos deixei, qual será a vossa resposta?

Senhor presidente da câmara municipal, acredite que compreendo a sua decisão, que tomou sozinho, e que a assumiu por inteiro! Neste bolo, deixaram-lhe a fatia que continha a fava. Apesar disso, entendo que o consenso alargado, que nos pede, deveria ser negociado e não obtido sobre decisões já tomadas.

Sinceramente, não encontrei justificação alguma para aceitar o seu desafio e dar o meu aval a este empréstimo; o município não deve, nem pode, colocar os ovos em ninho alheio nem consegue justificar que a crise tenha de ser suportada pelos mesmos de sempre, ou que seja invocada quando mais nos convém. Lembro-lhe que este concelho se encontra despido de condições que proporcionem qualquer retorno financeiro, mas poderá, isso sim, beneficiar alguns dos nossos vizinhos. Ora, sinceramente, por mais solidário que seja, não estou disposto a suportar os encargos para que outros obtenham valias, quando o meu concelho é tão farto de necessidades de primeira linha.

Por isso, votarei contra este empréstimo".

A deputada Vera Machado interveio, de seguida. (anexo 8)

O deputado Manuel Veiga tomou da palavra:

"Boa tarde senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, senhores membros da assembleia.

Aqui faço como primeiro ponto, ter subido à 1ª divisão o Tondela traz o nome de Tondela ao resto do país, dignifica o concelho, projeta o concelho, mas quem é que vai verdadeiramente tirar lucro do assunto? Se quisermos dar hotelaria, condições hoteleiras

em Tondela, vamos a Viseu. Se quisermos restauração, se calhar vamos a Viseu. Acho que Viseu acabou por ganhar mais. E esta coisa somos o orgulho do distrito? Pois é verdade. Viseu, se calhar vai ganhar mais, porque se calhar não capitalizámos e não conseguimos fazer alguns investimentos no concelho que captasse gente para que realmente tivéssemos outras infraestruturas que não um estádio de futebol. Há uma parte que, também não percebo, faz-se, aqui, uma questão ou se pede a 23 ou a menos. Porque é que tem de ser sempre a câmara a pagar? Essa parte não entendo. Como uma das intervenções que aqui ouvi, é um clube profissional, como outro clube profissional que deve ser, deve ter as consequências de ser um clube profissional. Apoios tem tido sempre. Qual é o retorno que o clube vai dar à autarquia? Irá promover outras modalidades desportivas? Irá investir em algumas modalidades amadoras? Ou se fica exclusivamente por jogadores que nem sequer são do concelho, não serão das escolas, com certeza. Se formos a ver os lucros, os rendimentos, aquilo que a autarquia poderia ter como retorno irá fugir para todos os outros lados, que não aqui o concelho. Se é desta forma que se quer fazer o investimento, esclareçam-me. Os jogos vão ser cá realizados? Será que aqueles de melhor condição de bilheteira serão aqui feitos? Será que toda a gente com mais ânimo vai ver os grandes clubes? Será que estes vão jogar cá? Ou irão jogar para outro estádio? Onde estão o retorno que vamos ter para o concelho? Espero que o tenhamos. Não estou aqui na ideia de dizer que não o vamos ter. Tenho duvidas. E não me parece que seja um investimento desta forma que vá trazer esses retornos. No financiamento, quem é que no final o vai pagar? O dinheiro entra, há uma dívida, vamos ter de pagar essa dívida, há investimentos que não vão ser feitos. Esclareçam-me como é possível não acontecer dessa forma? Se esse dinheiro é pedido, não vai ser aplicado noutro sítio. Se ele pode ser pedido, poderia ser pedido para outras coisas. Para já disse".

O presidente da câmara respondeu:

"Senhor presidente, senhores deputados.

Tentarei fazer uma interpretação o mais lata possível, elencando várias intervenções, várias leituras.

Primeira questão que me parece importantíssima referir, não se trata nesta operação, financiar uma equipa de futebol profissional ou não profissional. Trata-se de tomar uma opção que é saber se o nosso território pode ter condições ou não para acolher jogos da 1ª liga. É a partir daqui que toda a decisão de coloca.

O Clube Desportivo de Tondela é proprietário de todas as instalações desportivas. Desde que está na liga profissional, 2ª liga, constituiu uma SDUC. Nesta sociedade desportiva integra exclusivamente a sua equipa profissional de futebol sénior e o autocarro que acompanha a equipa. Todos os restantes bens, investimentos ativos são do Clube Desportivo de Tondela. Qual é o investimento em infraestruturas desportivas, seja ele do CDT, do Clube Atlético de Molelos, do Nandufe, Lajeosa ou outro, que tenha sido realizado sem ter recorrido a investimento público? Digam por favor quais? Quais as infraestruturas que se tenham realizado sem que se tenha recorrido a investimento público seja ele na figura de protocolo com o município, seja com contrato programa com o poder central? Julgo que é importantes nós termos uma visão desapegada do mediatismo do momento e termos a clareza para olhar o futuro. Estamos a tratar da beneficiação das infraestruturas desportivas para permitirem a este clube ter condições para jogar em Tondela.

Segunda questão, o empréstimo é para pagar, não sou daqueles que pensa que o pagamento de empréstimo é coisa de crianças. Por isso nesta operação, solicitamos um estudo a dez e quinze anos. Inclino-me, em função das condições que venham nas várias propostas para o tornar num prazo tão curto quanto possível. Também não sou daqueles que deseje deixar heranças geracionais para que outros paguem. Quer isto dizer, que quando digo que o empréstimo é para pagar pelo município, não consigo perceber o alcance da pergunta: quem vai pagar? Paga o empréstimo quem o contrata. Do empréstimo resultam condições de ingovernabilidade? Do empréstimo resulta condições que vão retirar meios financeiros a outros projetos do município? O que disse e repito, o empréstimo é para pagar e naturalmente sai dos nossos impostos, sai do nosso orçamento. Quero também dizer que o nosso serviço de dívida não será agravado por este empréstimo. É bom também dizer, que se não existisse este empréstimo teríamos uma divida menor do que hoje temos. Considerando que no ano passado pagámos 1,5 milhões

de euros associados aos nossos empréstimos, em juros e encargos decorrentes e amortizações em particular. Em 2017, teremos um serviço de dívida menor do que aquele que tínhamos em 2013. Não iremos agravar a parte da dívida existente, porque se estão a ultimar outros empréstimos em particular dois grandes contraídos em 1999 e 2000. A margem de absorção dos encargos deste empréstimo não será maior do que aquela que é hoje. Claro que se não existisse nenhum empréstimo, no limite existiria mais dinheiro para aplicar noutros investimentos.

Não se discute o cenário do clube fazer e pagar as obras, porque este cenário não existe. O clube não tem 2 milhões de euros para estar a investir em equipamento. O clube tem de ter condições para gerir aquilo que é a sua missão, gerir os seus ativos desportivos, gerir a atividade desportiva. As receitas que o clube tem, por ser equipa profissional, são geridas em função da sua competição.

Quero desvendar o misticismo de que o município está a financiar o clube. Financia uma operação para garantir uma infraestrutura desportiva, na linha do que fez no passado.

Podemos ter muitos campeões, todos respeitáveis, todos devem merecer o nosso reconhecimento. O que está aqui em causa, é saber qual é a projeção regional que este feito representa. Naturalmente, que um campeão do mundo de tiro ao fosso universal tem o nosso profundo reconhecimento, mas a amplitude mediática que tal feito mereceu não tem comparação possível com este, ao ponto de 99% das pessoas perguntar que modalidade é essa. Não estou a desvalorizar. Estou a fazer uma interpretação para percebermos o impacto que tem uma ou outra decisão. O que está, aqui, em causa não é saber o que se gasta numa ou noutra freguesia, porque os investimentos que se fazem nas freguesias não são só aqueles que resultam dos contratos ou dos programas, são os que resultam dos investimentos públicos que existem. Não quero acreditar que hoje essa seja a nossa discussão. A situação que nós nos vamos prenunciar é: entendemos que a projeção que daqui resulta tem impacto para o território e deve merecer este investimento? Perguntar-me-ão como é que se mede o retorno? Há matérias que não são mensuráveis do ponto de vista direto nesta relação. Agora há uma coisa que ninguém ignora, a

notoriedade, a afirmação de Tondela, a projeção mediática regional e nacional é muito diferente no pôs 24 de maio e antes do 24 de maio. Dir-me-ão é algo fugaz. Isso dependerá do compromisso. A única expetativa que tenho do retorno é que o clube mantenha a sua permanência na 1ª liga. Esta é a única garantia mensurável que poderemos ter. Nas demais, porque não temos capacidade hoteleira, porque não temos capacidades na restauração, a lei de mercado de oferta irá ajustar à necessidade. Não ignoro que os eixos da A25 e do IP3 são os eixos que também beneficiarão com a deslocação de massa humana que possa surgir.

Todos os jogos são aqui feitos? Outra pergunta feita. Já deixei claro, que o nosso objetivo é ter condições para que o estádio João Cardoso possa estar reconhecido para receber jogos da 1ª Liga. Há o compromisso de enquanto as obras decorrerem, estima-se que o plano de obras possa decorrer de 4 a 6 meses, a Liga, observadas que estejam as condições de segurança, não ponha em causa a realização de jogos neste estádio. Em todo o caso, julgo que todos perceberam que se ocorrer, durante a 1ª volta do campeonato, um Tondela/Porto, Tondela/Sporting ou Tondela/Benfica, por razões operacionais de bilheteira, enquanto o estádio não tem os 5 mil lugares, o clube tem legitimamente o desejo de ter um encaixe financeiro que tal operação lhe pode resultar e nesse propósito já é do conhecimento público que o estádio escolhido será o estádio da câmara municipal de Aveiro. Com isto não quer dizer que se houver condições, já de obras concluídas numa segunda volta, um jogo destes serão avaliações feitas nesse momento.

Isto não se trata de uma PPP. Sou daqueles que continuo a dizer que uma operação financeira com um empréstimo, sempre foi e será a operação mais vantajosa sempre que o município tiver de se financiar junto da banca. A pergunta é saber se no passado aos municípios foi dada essa possibilidade de se financiar diretamente junto da banca. É por isso que a estimativa que se tem dos encargos decorrentes são perfeitamente compatíveis com aquilo que é a nossa capacidade.

Não se pode dizer que o município não tem dinheiro para comprar uma motoniveladora para dar colaboração às juntas de freguesia. Os arranjos dos caminhos são da competência das juntas de freguesia. Quando nos candidatamos temos de saber os

meios que temos e as condições. Claro que estamos disponíveis para parcerias e muitas das obras de limpeza são feitas nesse quadro de parcerias. O município é dos únicos que mantém de forma impar as medidas de eficiência energética associadas à regulação do fluxo ou do controlo de energia na iluminação pública. O município não privou o Centro de Marcha e Corrida das condições necessárias e adequadas para a prática das suas atividades. Provavelmente há uma pessoa ou outra que gostariam de ter o horário mais adequado à sua possibilidade, porque todos tem a possibilidade de completar o horário em particular no sábado de manhã numa hora disponível que tem. Se ainda não teve resposta, lamento e vou saber o que se passa. Não acredito que seja um problema equiparado à discussão que aqui estamos a ter.

Quais são os apoios do clube? Os apoios são aqueles que resultam do plano de protocolos, que é público. O município tem um apoio financeiro que ronda 150 mil euros para as camadas de formação, onde está pela primeira vez uma equipa de juniores na 1ª liga. O município paga uma renda que ronda os 2 500€ /mês resultante do contrato de direito de superfície estabelecido em 2004. O município paga com os seus funcionários a manutenção dos relvados naturais existentes, sendo verdade a este propósito que nesta próxima época irei adjudicar a uma empresa externa esses serviços. O município paga os custos com água, gaz e luz. Para ficar claro, comigo não deixará de haver transferência da clareza em todas estas operações. O município assegura custos com a gestão do campo do Bairro Novo em Nandufe. O município assegura custos com a manutenção do relvado sintético de Nandufe e Molelos. O município orgulha-se de ter excelente relação com os gestores destas infraestruturas desportivas. O município não defende a construção de um estádio municipal, porque quem pensa que 2 milhões é demasiado investimento tem de saber quanto é a construção de um estádio municipal. Estes são os factos que estão perante nós.

Qual o valor do empréstimo? São 2 milhões? O que está em cima da mesa é um empréstimo até 2 milhões. O até não está por acaso. Como sabem, num empréstimo depois de formalizado tem de ir a visto do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas concede o visto e autoriza a mobilização do valor em função do contrato de adjudicação. Nós lançaremos dois concursos públicos para esta operação. O primeiro prevê a execução

de bancada no topo contrário à bancada central e a bancada nascente. Com estas duas bancadas o estádio ficará em condição de ter 5 mil lugares. Estamos a falar das condições mínimas indispensáveis e necessárias. Não estamos a falar de luxos. É óbvio que é previso conhecer as regras da Liga para saber as implicações que isto tem. Por cada múltiplo de 1 000 lugares teremos de ter entradas sectorizadas, instalações sanitárias exclusivas para aqueles lugares, salas de primeiros socorros e sala de apoio. Implica haver acessos diferenciados. Como se chegou a este montante? É o estimado com base na estimativa orçamental. Como sabemos a generalidade das obras públicas tem vindo a dar sinais de desvio consideráveis do valor de adjudicação em função do valor lançado em concurso. Se por absurdo, o somatório dos dois ajustes diretos for 1,5 milhões de euros é sobre este valor que o Tribunal de Contas valida. O Tribunal de Contas terá de visar este contrato e as condições que lhe deram origem. A condição excecional de ter uma exigência da Liga, é essa condição que levará o Tribunal de Contas a dar parecer favorável. Jamais o Tribunal de Contas daria parecer favorável para aquisição de motoniveladora ou de outro equipamento deste género, como jamais daria para outro tipo de obras. Não estamos como estávamos em 1998 ou 2000 quando se contraíram os dois grandes empréstimos que há pouco referi. Hoje quando se fundamenta um empréstimo tem de se dizer para quê, qual é a razão fundamentada e as justificações que estão por detrás.

A questão que se coloca é saber se queremos ter uma infraestrutura capaz de receber jogos da 1ª Liga. Se o estádio estivesse noutro local, seria aí o investimento. Sobre o modelo financeiro não há outro, se me disserem que há outro que seja exequível, estou recetivo. Há uma coisa que nunca deixarei de pactuar é que se faça confusão ou aproveitamento acerca disso. Temos de ter clareza, somos a favor por esta razão ou somos contra, porque entendemos que não deve existir este investimento para este efeito".

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

"Respeitando as preferências clubísticas da Vera, vem, para aqui, dizer que é aproveitamento político o que o Zé Hélder está a fazer, o Manuel Veiga está a fazer, não é só o Joaquim Santos. Aproveitamento político fazem-no com certeza vocês, porque é muito mais incómodo votar contra do que votar a favor. Eu assumo essa minha

responsabilidade. É preciso ter coragem. Eu sou capaz ou sujeito-me a tratarem-me mal até, mas cá estou para me defender. É a minha posição.

Senhor presidente da câmara, clareza? Não fui claro na minha argumentação que disse? É a minha opinião, o senhor tem de a respeitar. Nunca disse, aqui, que Tondela deve jogar fora. Tondela deve jogar cá. Alguém que crie as condições. O Tondela não pediu autorização, nem me pediu a minha opinião se queria subir de divisão, que eu gostei muito. Digo-o com toda a sinceridade. Sou como disse adepto do Futebol Clube do Porto, mas o Porto se um dia quiser fazer uma obra qualquer, que não venha pedir dinheiro, porque eu não dou ou só dou se quiser. O senhor disse que não gosta de deixar heranças geracionais. Recordo-lhe que o senhor foi participante em PPP que se fizeram neste concelho em que vão para a próxima geração. O senhor esteve cá. Eu não estive, o senhor esteve. Eram outros tempos? Foram outras situações? Estamos a pagar por isso? O senhor reduziu a dívida do município e o serviço de dívida não vai aumentar? Não vai aumentar como? Pode não aumentar, se amortizar. Vai haver amortizações, vai haver pagamento de rendas. Este ano vai ser cerca de um milhão de euros, em número redondo. Esse milhão de euro que estamos a pagar em rendas das PPP, faz falta para outros investimentos. O senhor diz isso em título de piada, julgo eu, que as niveladoras, quando se candidata às juntas de freguesia tem que saber. As niveladoras não estão ao alcance de qualquer junta de freguesia. A câmara já teve. À câmara também compete ser solidária com as autarquias, que não têm disponibilidade para tudo. Não têm os meios que têm as câmaras municipais. É apenas nesse sentido. Quanto à questão do Centro de Marcha e Corrida, não é questão da hora mais conveniente. Não fui eu que assinei o abaixo-assinado, foram cerca de 80 pessoas. O senhor não o viu? Leia-o. Lá está a dizer precisamente isso. Peça a quem nós entregámos qual é o texto do abaixo-assinado. Está lá a nossa opinião acerca da sexta e do sábado. Acho que é um preciosismo demasiado da câmara municipal, que como já disse, por 500 ou 600€ ter feito isso, quando mais nos obrigaram a pagar e toda a gente aceitou.

Quanto à deslocação em massa, não acredito nisso, senhor presidente. Não acredito que o Tondela, quando tiver o estádio pronto vá enchê-lo. Nem no Chaves o fez. Pode encher quando cá vier o Porto, Sporting ou Benfica. Acredito que sim. Quando cá

vier outro clube menor, vai ter os mesmos 2 mil, ou menos. Mais Vera, essas 5 mil pessoas que estiveram nos festejos, quando cá vier o Sporting ou o Benfica, verás qual será o cachecol que vão usar. "

O deputado Manuel Veiga voltou ao debate:

"Mais uma vez boa noite. Não vou falar em interesses clubísticos, porque também sou de um clube menor. Voltando, outra vez, à questão de quem vai pagar. Há várias formas de se pagar. Não tem de ser só financeiramente. Quais é que vão ser as contrapartidas que o clube vai ter com a autarquia? Ou seja, o que é que a autarquia vai ganhar no concreto com isso? Porque apoia modalidades amadoras? Outro tipo de modalidades? Ou fica-se só pelo futebol? Andebol? Rugby? Hóquei? O que seja. Não pode chamar outras modalidades, já que tem o emblema e que tem a tal "Febre Verde e Amarela", que também pode apoiar outras modalidades. Já há rugby? É do CDT? Não? Se calhar não é do CDT."

O deputado Felisberto Figueiredo tomou da palavra:

"Joaquim, não venhas para aqui dizer que é mais corajoso votar contra, do que votar a favor. Os votos só podem ter sentido, mas são tão corajosos uns como os outros. Porque votar, significa tomar responsabilidades e nem é mais corajoso descartar-se e votar contra, do que votar a favor. A coragem é a mesma. Não menosprezes, o voto daqueles que votam em sentido contrário. Julgo que sou tão corajoso a votar a favor, como votar contra. Como disse o senhor presidente da câmara não estamos a financiar um clube. A votar favoravelmente, votamos a existência de uma estrutura que possam acolher jogos da 1ª divisão. "

O deputado Sérgio Rodrigues continuou:

"No seguimento da intervenção do Dr. Felisberto, no sentido da coragem de votar contra ou a favor. Diria, aqui, que há pouco o Joaquim Santos dizia que o senhor presidente tinha tomado a decisão sozinho, mas quanto me é dado a perceber foi aprovado em reunião de câmara pelo Partido Socialista. Após esta exposição e resposta por parte do senhor presidente da câmara, analisadas estas questões à volta do empréstimo, os

membros eleitos do PSD entendem dar o seu apoio a esta contração de empréstimo, porque faremos com esta instituição o mesmo que faríamos com qualquer outra em situação idêntica, do nosso concelho."

O presidente da câmara replicou:

"Vou procurar ser muito claro e rápido.

"É mais incomodo votar contra, do que votar a favor", sempre que se toma uma decisão, desde que esteja fundamentada e pensada é sempre fácil de a tomar. Difícil é depois pagá-la. Aquilo que estamos a procurar fazer, é enquadrar este esforço financeiro no âmbito das possibilidades do município. Não façamos confusões entre PPP, serviço de rendas e serviço de dívida. A PPP não está incluída no serviço de dívida do município, está no quadro de rendas. A seu tempo o presidente do município negociará aquilo que seja possível com esta Parceria para acomodar os valores das rendas em planos mais próximos daquilo que são os compromissos financeiros e bancários que esta entidade tem com a banca. São coisas diferentes. As PPP´s foram nesta casa aprovadas por unanimidade quer na Câmara quer na Assembleia, nos quadros que então foram definidas. Já na altura, quer a câmara de então, quer eu hoje sublinho o mesmo, uma PPP é sempre mais cara do que um empréstimo convencional. A pergunta é, porque é que o governo de então ou a Lei das Finanças Locais de então não permitiu a contratação de um empréstimo e estimulou que tantos municípios tenham evoluído para Parcerias? Nestas Parcerias, duas são do BES, Tondela e Santa Comba, e todas as demais são da Caixa Geral de Deposito. Sabemos, à época, quem administrava a Caixa Geral de Deposito. Julgo que um dia, poderemos ter em consórcio de municípios, permita rever os custos das PPP, tal como o atual governo conseguiu rever as PPP rodoviárias e outras. O município por si, terá muita dificuldade em rever. Aquilo que propôs ao observatório das autarquias, entretanto instituído, é que se constitua um consórcio de municípios para que todos consigam ter um poder negocial junto da banca em que possa levar à revisão destes montantes.

Quais são as contrapartidas para o clube? Do clube para o município? Que outras modalidades vão ser implementadas? Acrescento com a mesma clareza, não há nenhuma contrapartida nem tal era objeto de negociação entre o clube e o município. A única

preocupação que o presidente do município fez sentir ao presidente do clube, é ter o desejo que esta não seja uma subida e uma descida. O meu desejo é que tenha uma utilização duradoura ao longo dos próximos anos.

Dr. Felisberto, não posso concordar mais. O que está em causa é se queremos ou não esta infraestrutura para servir este clube como poderia ser outro qualquer. Neste caso é este que está em causa.

Julgo que no fim deste debate, deve ficar bem claro aquilo que para mim é fundamental, estamos a tratar o financiamento para uma infraestrutura desportiva, não estamos a tratar de financiar um clube ou uma equipa. Este financiamento só é possível ocorrer, porque não vamos agravar os nossos encargos com o serviço de dívida, face aos dados que temos hoje, porque há empréstimos que se liquidam e como tal o serviço de dívida não aumenta. Poderia o clube fazer o investimento, ainda que o município fosse o dono da obra? Não. O clube não tem condições financeiras, nem este nem nenhum outro, para fazer investimentos desta natureza. O investimento proposto é até ao limite de 2 milhões de euros. Julgo que é importante que este órgão se pronuncie à cerca desta estratégia. Teremos uma assembleia municipal extraordinária para aprovar o documento de adjudicação, mas isso é meramente processual. O importante é esta estratégia que estamos, aqui, a assumir."

O deputado Joaquim Santos solicitou o direito a resposta, ao deputado Sérgio Rodrigues, que lhe foi concedido pelo presidente da mesa:

"O senhor deputado veio, aqui, evocar que os vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente deste empréstimo. Vou-lhe oferecer o que está na declaração de voto que eles fizeram, porque certamente não leu. Já a tem. Votaram a favor, mas nunca obtiveram, da câmara municipal, as respostas aos pressupostos que os levou a votar favoravelmente, que eu saiba. Eu como presidente da comissão política do Partido Socialista, lanço-lhe um desafio enquanto presidente da comissão política do PSD, faça aquilo que o Partido Socialista fez, dê liberdade de voto às pessoas que o acompanham nesta assembleia. Venha aqui dizê-lo e dê-lhes liberdade de voto para em consciência e

em defesa dos interesses das pessoas que os elegeram. Muito obrigado, senhor presidente."

O presidente da mesa, de seguida, colocou à votação da assembleia, se esta concordava ou não com a estratégia de o município ser o dono da obra e o financiador da obra.

Votaram contra os deputados: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Batista, Manuel Veiga, Rita Rosa, Jorge Manuel Marques, José Hélder e António Sérgio.

Absteve-se a deputada Marta Franco.

Votaram a favor os deputados: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, António Pereira, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Gilberto Oliveira, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José Dias, Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, José Manuel Mendes.

A estratégia foi aprovada por maioria.

O deputado Manuel Veiga interveio, para a sua declaração de voto:

"Como estratégia em si, sem haver retorno por parte do clube, sem o clube não dar nenhuma contrapartida à autarquia para além do prometer que vai ficar na 1ª divisão, que vale o que vale. Comprometer-se na 1ª divisão, acho que é pouco, como contrapartida. Poderia haver mais por parte do clube. Como estratégia, acho que a autarquia deveria de rentabilizar mais nesse sentido".

O deputado José Hélder apresentou uma declaração de voto, que se anexa com o número 9.

O deputado Joaquim Santos interveio para a sua declaração de voto:

" A minha declaração de voto é a minha intervenção. Se alguém quiser subscrever, quem votou comigo, está a vontade para a subscrever."

De seguida, o deputado Jorge Batista apresentou a sua declaração de voto:

"Senhor presidente fiquei um pouco surpreendido com esta votação. A ordem de trabalho diz: Analise da contratação do empréstimo a médio e longo prazo. Fui apanhado um bocado de surpreso quando afinal foi posta à votação um projeto. Estava sinceramente inclinado em ter uma votação contrária, mas sendo assim tive de concordar com alguns camaradas meus."

O deputado José Manuel Mendes apresentou a sua declaração do voto:

"Votei a favor da proposta, no sentido que foi o clube desportivo de Tondela como em anos anteriores foi a ACERT que também que foi beneficiada e todas as associações do concelho têm sido contempladas. A câmara continua a apoiar. As pessoas que votaram contra, respeito. Assumir o voto favorável é como assumir o voto contrário. Continuarei a votar a favor tudo o que seja desenvolvimento para o concelho e nomeadamente para Tondela."

O deputado Alfredo Cabral interveio:

"Fui convidado quando a Assembleia de Arouca teve de aprovar mais ou menos as estratégias do município. Votei a favor, depois de considerar uma pergunta que o Dr. José António, aqui, colocou: se não for a câmara, quem? Votei a favor, não deixando de ouvir, quer a intervenção do Quim Santos, quer do Zé Hélder, mas olhando para aquilo que se passou na minha terra, certamente com outras possibilidades financeiras, porque há muito industrial Valecambrense, Sãojoanense, Oliveirense que estão a investir no concelho de Arouca. Gostava para me abster, depois de ouvir esta situação que o Zé António pôs: se não for a câmara municipal, quem investe? Quem pode investir? Claro que o Arouca teve mais ou menos as mesmas intervenções, sem que tenha havido consenso na assembleia municipal, acompanhada por um grupo de pressão de muitos sócios do Arouca que lá estavam. Há pouco falei com um membro do PSD, se fosse a câmara PS, que outra alternativa? Quim Santos, se fosses tu o presidente da câmara, que outra alternativa? Isto não tinha outra alternativa. Não é o financiamento de uma equipa de jogadores, embora haja razões muito favoráveis das várias partes. Respondendo ao

Veiga, faz parte de um conjunto de ideias. Vamos dizer que sim, embora não significa que no futuro não possa haver alterações e que o clube seja responsabilizado por outras tarefas. Neste momento não estão em questão. Obrigado."

2.3. Análise, discussão e votação da abertura do procedimento concursal para 7 lugares de chefe de divisão

O presidente da câmara explicitou:

"Senhor presidente da assembleia municipal, aquando da aprovação da estrutura orgânica da Câmara Municipal tive o cuidado de dizer que consequentemente a essa aprovação num segundo momento deveríamos abrir o procedimento concursal para essas mesmas chefias. A 10 de março, terminava o prazo das comissões de serviço dos então diretores de departamento e chefes de divisão, desde 10 de março, pela competência que o presidente tem, nomeou em regime de substituição por um período de 90 dias as novas chefias, sendo que nesse período deve abrir o procedimento concursal. Ora, como é sabido a competência da assembleia municipal é aprovar o número de unidades orgânicas flexíveis de grau 2, isto é chefes de divisão, cabe à câmara municipal propor a sua constituição e cabe à assembleia aprovar o júri de concurso para esse procedimento. É nesta fase em que estamos. Dia 10, termina os 90 dias à luz deste tempo. Tem esta assembleia se prenunciar sobre a aprovação do júri e desse concurso, para promover os lugares. Convém dizer que no júri que propomos, reflete pessoas com reconhecido mérito para as funções de constituição de júri. Uma pessoa do gabinete jurídico, uma pessoa do Instituto Politécnico de Viseu e uma pessoa do Centro de Emprego. São externos ao município e tendo como suplente um chefe de divisão de uma câmara vizinha. Irá de seguida ser lançado o concurso. Até ao términus do concurso, as pessoas que nomeei manter-se-ão em funções. Terminado o concurso, quem o ganhar, ocupará os seus lugares".

O deputado Joaquim Santos perguntou se votavam o júri ou se abertura do procedimento concursal.

O presidente da câmara informou que era a abertura do procedimento concursal onde estava incluído o júri do concurso.

Passado à votação, foi aprovado com as abstenções dos deputados: Joaquim Santos, Carlos Viegas e Marta Franco e os votos a favor dos deputados: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, António Pereira, Rita Rosa, Jorge Manuel Marques, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Gonçalo Pereira, António Lopes, Gilberto Oliveira, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José Dias, Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.4.Análise, discussão e votação Contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Lajeosa do Dão

O presidente da câmara explicou:

"Este contrato por lapso dos serviços não acompanhou os contratos feitos com a generalidade das freguesias e que se reporta aos transportes escolares. No caso concreto na freguesia de Lajeosa do Dão, há um conjunto de transportes que são feitos com viaturas em parcerias com IPSS ou com a Transdev, mas também há transportes feitos pela junta de freguesia. O montante que aqui está de 1788,48€ (mil setecentos e oitenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos), é o que se reporta aos custos com o combustível. É um apoio à descentralização de competências".

Interveio o deputado Firmino Melo. (anexo 10)

O presidente da câmara respondeu à intervenção anterior:

"O cálculo que está feito sobre os custos dos quilómetros com base no que é protocolado com as demais freguesias. 1,30€ preço do combustível, média, penso eu, 12 a 13 litros de consumo aos cem vezes o circuito feito diariamente. O protocolo referido em ano anterior incluía custos com funcionários que estavam integrados neste processo de transporte, tal como as demais juntas. Neste momento, o que temos regulado são os

custos só com o combustível. Sobre o ano de 2013/2014 desconheço se não feito o protocolo. Este só foi feito agora por lapso dos serviços e a junta de freguesia deu conta. Se a junta já me tivesse tido antes, naturalmente que de 2013/2014 não tinha sido feito, tínhamo-lo regularizado. Nunca tal foi sinalizado, o que não invalida que não se vá saber o porquê."

Não havendo mais votações foi aprovado por unanimidade com os votos dos deputados: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Felisberto Figueiredo, Carlos Viegas, Marta Franco, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Cristiana Ferreira, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, António Pereira, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Gilberto Oliveira, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José Dias, Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Pereira, José Manuel Mendes.

2.5. Outros assuntos de interesse para o Concelho

Não houve intervenções.

3- Período aberto ao Público

Não houve intervenções.

Nada mais havendo a tratar, a sessão da assembleia municipal de Tondela foi dada por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar.

O Presidente da Assembleia: Carlos Cunha

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: Carlos Manuel Martins Seara

ANEXO -1

VOTO DE LOUVOR

No seguimento do trabalho desenvolvido, ao longo das últimas épocas futebolísticas, pelos atletas, dirigentes, massa associativa e parceiros do Club. Desportivo de Tondela e, com a sua ascensão ao escalão principal do desporto rei, o futebol, a bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Tondela, em reunião de 8 de junho de 2015, no Auditório Municipal de Tondela propõe a aprovação de um voto de louvor

ao Club Desportivo de Tondela

pela dignificação do desporto, pela divulgação do Concelho de Tondela nos locais onde efetuou os seus jogos e pela representatividade do concelho aí manifestada.

Tondela, 8 de junho de 2015

Os membros da bancada do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Tondela

Anexo I

1

Ex.mo Presidente da Mesa da Assembleia
" " da Câmara Municipal
Srs Membros da Assembleia
Público
Comunicação Social

Chegámos ao final do 1.º semestre do ano de 2015, depois de um caminho de muitos sacrifícios para os portugueses, no seguimento da inevitabilidade do cumprimento de um plano de ajustamento que nos impuseram.

Um programa de apoio tutelado a que o anterior governo nos conduziu, mas onde o governo atual foi capaz articular e negociar no sentido de resgatar a nossa dignidade financeira e de reabilitar a nossa imagem internacional. Uma imagem que queremos de credibilidade perante os nossos parceiros e perante nós próprios como portugueses.

Alguns, aqueles que nos levaram à quase bancarrota reclamavam mais tempo, mais dinheiro, mais facilitismo, mais demagogia, mais discursos ilusórios.

O governo do PSD/CDS/PP, pelo contrário, optou por uma estratégia de rigor, de aplicação de reformas, de salvaguarda dos seus cidadãos e das estruturas funcionais do Estado e no plano internacional de uma imagem de respeito pelos acordos, de ação com responsabilidade e de interação com os seus parceiros europeus e outros.

Esta estratégia, sem dúvida, levou a reorganização, a alterações de status, a evidentes sacrifícios da população.

Não foi fácil! Enquanto os nossos opositores batiam palmas ao discurso radicalista do Syriza o governo obrigava-se à aplicação de medidas duras e que provocaram o descontentamento das pessoas.

Agora podemos comparar situações entre Portugal e a Grécia e as posições de apoio a essa estratégia

As pessoas passaram por situações de carência e efetivo houve necessidades de apoios, os números do desemprego dispararam exponencialmente, ~~mas~~ as dificuldades dos mais debilitados na sociedade (idosos) foram imensas, mas não perdemos a esperança de uma melhoria efetiva das condições de vida das nossas populações.

Agimos no sentido da redistribuição da riqueza, e da contribuição para o bem social da parte daqueles que mais têm.

Agimos na economia, na criação de riqueza, no apoio social, na educação, na justiça, na saúde sempre no sentido do bem comum e da melhoria das possibilidades de vida dos cidadãos.

Passámos pelo fim da Troika sem um novo plano de resgate como os nossos opositores vaticinavam desde início e para o qual contribuíram.

Estamos a largar um caminho de recessão e a voltar a um caminho de crescimento e de aposta num melhor funcionamento das estruturas produtivas e de apoio social.

Tem-se falado muito nos últimos anos de ajustamento, que nos foi imposto, com baixa de salários, redefinições de apoios, redirecionamento de investimentos que houve necessidade executar.

Hoje a recuperação já se apresenta como um caminho efetivo, sem ilusões megalomanas, mas com a consciência plena que o fictício paraíso ~~soci~~ socialista que nos levou à ruína não pode voltar a repetir-se.

Já os temos aí, de novo, arautos das faulidades com o ~~esse~~ mesmo discurso de sempre:

— Gasta-se hoje que amanhã alguém há de pagar e pode ser o Orçamento de Estado

Já começam a propor baixas de TSU, mexidas nas receitas para Segurança Social etc

O que nos parece curioso, não fosse aflitivo é que nos vêem dizer que ao baixarem as contribuições para a Segurança Social, se a compensação financeira das medidas aplicadas não for suficiente então o Orçamento de Estado lá estará para compensar.
É esta a lógica de baixar as contribuições?
Então não pagamos dum lado vamos pagar do outro?
E a inevitável articulação política de consenso que é necessária para a revitalização da Segurança Social? Vem querer ouvir falar de consensos?
É fundamental que este problema gere consensos urgentemente, sob pena de começar a criar conflitos geracionais.
Há vozes discordantes em qualquer dos quadrantes políticos, mas é urgente que se assuma um compromisso de consenso.
Como referi, terminamos o programa de ajustamento com 12 avaliações positivas feitas pela Troika.
No entanto urge relembrar aspetos preponderantes desse caminho de sacrifícios:
Desde logo:
- a compreensão e apoio do povo português para as medidas que foi preciso implementar.

- Uma recuperação do país, feita com os pés assentes na terra, sem ilusões e decidindo, não adiando, com responsabilidade e sem demagogia
- Uma gestão positiva da macroeconomia.
Temos de falar aqui da baixa de juros da dívida que andava ~~nos 15% e hoje~~ em níveis assustadores e hoje se afia à volta dos 2% e menos.
- Do défice que ~~era superior a~~ andava, quase nos 10%, ~~em períodos comparativos e hoje se posiciona abaixo dos 4%.~~
- Da saída do ~~pelo~~ programa de apoio e da recessão

em planos idênticos à Irlanda e a Espanha, com um crescimento assinável, em função das condições vigentes, no comparativo da zona euro, fruto da capacidade de gestão e investimento dos nossos empresários, da estabilidade governativa, do empenho dos trabalhadores e da gestão de estratégias do governo de coligação PPD/CDS/PP

- O crescimento quase sempre contínuo das nossas exportações, da capacidade de adaptação e da inovação das nossas empresas que as levou à procura de novos mercados, muito para além daqueles que eram os seus tradicionais.

- Um aproveitamento mais eficiente dos fundos comunitários e a motivação para novos investimentos no quadro do Portugal 20/20 e na internacionalização.
- Uma luta constante e sem tréguas no combate ao desemprego que andou em números que todos conhecemos e que felizmente se vem desagravando.

- A preocupação com a melhoria das condições de vida dos mais debilitados, com programas de inserção e apoio, ao nível de todas as estruturas do estado e autarquias.

- A posição firme do governo e da coligação na análise de programas radicais e ~~seus~~ refletos de demagogia de parceiros como a Grécia. De realçar aqui a posição dos nossos opositores neste campo.

- O reforço da nossa credibilidade internacional que se traduziu nas condições da nossa dívida, fruto da boa gestão que as Finanças têm feito. De realçar o pagamento antecipado da dívida que vamos efetuar.

(3)

Quanto menos dívida, menos juros, menos despesa!
Não optamos por deixar para o futuro.
Os juros da nossa dívida atingiram níveis históricos, fruto da nossa credibilidade perante os mercados e os credores.
→ Elevámos o nível de competitividade no ranking internacional, com bases nas acessibilidades, nas infraestruturas e no plano tecnológico.
– Frisar uma gestão evidentemente correta dos fundos comunitários, no computo europeu.
– O PIB evidenciou alterações com base no consumo privado o que alguns argumentaram não ser possível

E agora? E o futuro
Que estratégias? Que propostas?

Enquanto a oposição da coligação continua a não querer reconhecer os sinais e os dados macroeconómicos que têm evoluído positivamente no país desde o início do ano, ainda a factores como a descida da taxa de desemprego o aumento do nível de confiança dos portugueses, do investimento público e privado apresentam-se cenários de consenso difícil para o estabelecimento de plataformas políticas futuras.
– O PSD e o CDS/PP não continuam a apostar numa ideia de proximidade, de análise e resolução dos problemas das naturais expetativas dos cidadãos procurando, gradualmente repor ~~cortes~~ benefícios em que foram feitos no seguimento do plano de ajustamento. Mas gradualmente, com base em política financeira de responsabilidade.
~~Os nossos opositores enviam~~
Não queremos voltar ao despesismo, aos discursos de quererem acabar com a austeridade mas não explicarem onde vai realizar fundos para cobrir as despesas daí decorrentes, como a oposição quer continuar a fazer.

A nossa aposta deve ser orientada para o domínio social de apoio aos cidadãos/famílias, a competição das empresas e o desagravamento dos impostos da família.

Há fatores internos (como o combate ao desemprego e a capacidade de Portugal de cumprir as metas orçamentais)

e fatores externos (como a deflação e as tensões geopolít como a da Grécia, na Europa)

que poderão afetar o ritmo do mercados e penalizar a recuperação nacional que se tem vindo a verificar.

Espera-se que a retoma da economia prossiga, ~~que~~ o desapertar do cinto dos portugueses se torne efetivo, que haja algum desafogo para as famílias funcionários e que se concretize o designio de crescimento nacional de 1,5%.

Tudo dependerá das decisões políticas que levem a população a acreditar no futuro e nas ~~possíveis~~ potencialidades de sermos portugueses que a coligação se empenhe neste designio e ainda com maior intensidade e continue a levar Portugal para caminhos de progresso e de futuro

anexo 3

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela,

Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O caminho

Alice – "O senhor poderia dizer-me, por favor, qual o caminho que devo seguir para sair daqui?"

"Isso depende muito para onde queres ir", respondeu o Gato.

"Não me importo muito para onde...", retorquiu a Alice.

"Então não importa o caminho que escolhes", disse o Gato.

"Bem...contando que dê em algum lugar, claro", completou a Alice.

"Então, podes ter certeza que vais chegar", disse o Gato, "se caminhares bastante."

Não estamos no país das maravilhas como é evidente, diria até que estamos longe de estar...enquanto houver um desempregado, uma criança com fome, um idoso abandonado...mas o desafio que se vai colocar aos portugueses doravante é acima de tudo de saber qual o caminho que queremos seguir tal como a Alice...por isso iniciei a minha

intervenção pela pertinência da pergunta que o *Gato* fez à *Alice* que metaforiza os tempos que vivemos: Para onde queremos ir? Qual o caminho a seguir?

Deverá haver por isso um esforço enorme de todos os partidos no sentido de esclarecer qual o caminho que propõem, de forma muito clara, sem argumentos redondos...

Por isso a minha intervenção de hoje surge a propósito das linhas de orientação geral e da carta de garantias para o programa eleitoral da coligação PSD/CDS já anunciados e que não poderia deixar de registar.

Desde logo, pela premissa de identificar de forma muito clara, não só o pesado legado e a situação tão difícil em que nos encontrávamos há quatro anos, que por uma questão de honestidade intelectual, terá que estar sempre presente em qualquer leitura/avaliação que se faça do momento atual.

Depois pela assertividade dos desafios para um futuro que se espera melhor, naturalmente, e que lá se encontram plasmados.

De facto, apesar dos progressos registados no passado recente, a sociedade portuguesa continua a ter por diante desafios muito complexos, fruto de muitos anos de negligência política e de desorientação estratégica.

A resolução de tais problemas não pode mais ser adiada, sob pena de, mais cedo que tarde, a realidade se encarregar de nos apresentar uma pesada fatura.

Nessa medida, são apontados três desafios que se afiguram especialmente sérios e devem constituir prioridade da governação na próxima legislatura: a questão demográfica, a qualificação das pessoas e a competitividade das empresas e da economia.

Porque estes desafios, se vencidos como é possível fazê-lo, garantirão em simultâneo a sustentabilidade do Estado e da sociedade, a criação de riqueza e a geração de emprego e de bem-estar para os cidadãos.

Mas vencer tão audaciosos desafios, fundamentais ao nosso futuro coletivo que ainda temos pela frente está dependente de um pressuposto fundamental: a nossa capacidade de construir as soluções necessárias e adequadas a partir do reforço das bases sólidas que nos últimos quatro anos construímos.

É esta, precisamente, a fronteira das próximas eleições legislativas: construir sobre os esforços feitos e acelerar a recuperação em termos sustentáveis; ou desperdiçar a credibilidade que ganhámos e os resultados que atingimos e correr o sério risco de voltar atrás, com todo o rol de dificuldades e de problemas muito sérios que isso acarretaria - esta será a escolha.

Para tanto são elencadas as garantias que evidenciam o caminho a seguir.

1. Manutenção da credibilidade financeira, evitando políticas ou situações que conduzam a novas intervenções externas e assim salvaguardando a soberania nacional reconquistada.
2. Recuperação do poder de compra e da melhoria das condições de vida dos cidadãos

3. Fortalecimento do Estado Social, com a preocupação primeira de direcionar os nossos esforços, prioritariamente, em favor daqueles que mais precisam
4. Fidelidade a um modelo de crescimento económico que assegure a sustentada criação de riqueza e a criação de emprego.
5. Consolidação dos princípios e valores do Estado de Direito.
6. Continuação da reforma do Estado, por forma a contribuir adicionalmente para o reforço da sua eficiência, não esquecendo nunca que a razão última da sua existência não é justificar-se a si próprio mas corresponder, em tempo e de forma adequada, aos anseios legítimos das pessoas.
7. Empenho na modernização do sistema político.
8. Estabilidade em matéria de políticas relacionadas com as áreas de soberania.
9. Presença ativa no domínio europeu e na cena internacional.

Para além dos desafios e das garantias por fim referir ainda a imperiosidade de continuar a transformar Portugal com segurança, com justiça e com prudência da situação que se encontrava há quatro anos e de cumprir, sem falhas, os compromissos que outros tinham assumido, o que condicionou largamente os rumos da governação.

Fez-se o que tinha de ser feito mas isso, muitas vezes, não permitiu que a atual maioria concretizasse as suas próprias ideias e projetos.

Agora, é tempo de ir mais longe, e com um redobrado sentido de ambição, na construção de uma sociedade mais confiante, mais próspera e mais justa.

Não é o tempo das promessas fáceis, mas dos desafios corajosos.

Não é o tempo do regresso a um passado que queremos definitivamente ultrapassado, mas da conquista do futuro que merecemos.

Não é o tempo de pôr tudo em risco e de voltar para trás, mas de caminhar com sobriedade e com contenção.

Às vezes é difícil, muitas vezes árduo e alturas em que parece praticamente impossível…

Quase sempre, a única forma de chegar ao impossível é acreditar que é possível!

Por todos nós, pela escolha do caminho certo!

Cristiana Maria da Silva Ferreira

anexo

Neste ponto da Ordem do Dia, queria deixar aqui, uma nota que penso ser um sinal para de vitalidade da nossa Cidade. Nos últimos tempos temos assistido à abertura de novos comércios, um pouco por toda a área urbana, nas mais diferentes atividades económicas.

Penso ser um sinal muito positivo para o nosso comércio, pois além de trazer modernidade e de criar novos postos de trabalho, é a consolidação do comércio local perante as grandes superfícies.

Estes novos comércios reforçam a urbanidade do nosso território e é a prova que a oferta da nossa cidade é capaz de competir com outros polos de desenvolvimento muito próximo de nós.

Foi criada uma Associação de Comerciantes do Concelho de Tondela.

José Manuel Mendes

anexos

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Cumprimentos,

No período antes da Ordem do Dia não podia deixar de referenciar dois aspetos relacionados com a taxa de desemprego.

Por um lado, a baixa da taxa de desemprego para 13%, facto é que ainda são bastantes, mas não podemos deixar de relevar esta tendência.

Para aqueles que não vêm os sinais de recuperação, fica aqui um dado muito concreto e real que mostra claramente que o programa de ajustamento foi cumprido com sucesso e que a economia começa a emergir de um período de pré-bancarrota.

A contrastar com o estudo da citybrand, mas não menos relevante, foi a noticia avançada pelo Jornal do Centro na última sexta-feira, e que mostra claramente que Tondela é o concelho do distrito com menor taxa de desemprego, cerca de 3%.

É óbvio que basta haver um desempregado para que todos nós tenhamos que nos preocupar, porque é alguém que passa por dificuldades, porque é uma família com menos condições, porque é alguém que não concretiza o seu projeto de vida.

No entanto estes números mostram que o concelho tem uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

Cai por terra a teoria de que este executivo não aposta em empreendedorismo, está aqui bem explicito que a Câmara Municipal proporciona um ambiente favorável à instalação e manutenção de empresas.

O Concelho de Tondela incrementa e preocupa-se com a captação de investimentos e empreendedores.

Acho que vale a pena pensar nisto!!

Dizer ao deputado Dinis que o PSD agradece a preocupação e a relevância dada ao deputado natural de Tondela, eleito nas listas Sociais Democratas.

Dizer-lhe apenas que esse assunto será alvo de discussão no sitio próprio, com os militantes da estrutura, e com certeza nos encontraremos todos em sede de coligação para discutir.

O Deputado do Concelho de Tondela pode ser do CDS!

Vera Machado

anexo 6

Carlos

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 25 de abril a 5 de junho 2015)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 30 de abril, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- No seminário "Rota do Vinho do Dão". **Foi implementado uma rota que tem vários percursos e no nosso concelho temos o desejo e a motivação para incluir algumas áreas de produção e algumas adegas. Neste momento três destes espaços perspetivam-se que venham a integrar a "Rota dos Vinhos do Dão" e gostaríamos de as alargar, porque o Enoturismo ganha cada vez mais importância neste domínio**;

- Com proprietários dos terrenos da 3ª fase da Circular Externa Poente (diversas reuniões);

- Na Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões em Mangualde;

- No Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões (2 reuniões);

- Com responsáveis do Grupo Galilei**, para que durante este mês possa haver uma solução interessante para o nosso território. São negociações no domínio privado, onde o município procura ser agente facilitador e criar condições favorecedoras para que o acordo de exploração possa existir**;

- No Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro;

- Com responsáveis do CDT (2 reuniões);

- Com o presidente do Turismo do Centro;

- Com os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia do concelho;

- Com responsáveis das empresas Engimind, Civibérica (3 reuniões), Rui Costa e Sousa, Itecons, Golden Tulip, Irmãos Almeida Cabral e Rui Ferreira Menezes, Carvalho e Cunha; Águas do Planalto;

- No Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo;

- Nas reuniões de trabalho da CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito das ITI's (2 reuniões);

- Visita à empresa metalúrgica Urfic;

- Com o arquiteto Paulo Almeida, no âmbito das obras do complexo desportivo "João Cardoso" (2 reuniões);

- Do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (2 reuniões);

- Com responsáveis da Autoridade Nacional da Proteção Civil;

- No Conselho Regional do Centro da CCDRC;

- Na conferência "Empreendedorismo Estratégico e Desenvolvimento Local", promovida pela Universidade Católica Portuguesa, Núcleo das Beiras;

- Participação no seminário "Rede de Desenvolvimento Urbano", em Bruxelas, no âmbito da "Política de Cidades", promovida pela Comissão Europeia e CCDRC;

- Inauguração do "Centro de (Des) envolvimento do Território" – sede do projeto Tondela+10

Para muitos pode ser mais uma obra, mas para mim é mais do que uma obra, na medida que não se trata da requalificação de um espaço, mas acima de tudo de um projeto de investimento e desenvolvimento de fixação de novas políticas autárquicas, que é a fixação de quadros e acima de tudo de jovens empreendedores no nosso território. A sessão pública de abertura do Edifício "Carmelitana", onde se instalou o "Centro de (Des)envolvimento do Território", sede do projeto Tondela+10, decorreu no passado dia 9 de maio, com a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel de Castro Almeida, a que se seguiu a apresentação do primeiro ciclo de jovens e projetos selecionados no quadro do Tondela+10.

A inauguração da requalificação do edifício "Carmelitana" enquadra-se na estratégia da RUCI – Rede Urbana para a Competitividade e Inovação, programa articulado com a CIM Viseu Dão Lafões.

Este investimento não se traduz apenas na requalificação do tecido urbano, regenerando a cidade e as vivências deste espaço, preservando a memória, como é um bom exemplo da refuncionalização de espaços, criando novas áreas de desenvolvimento.

O Tondela+10 é um projeto que não se esgota no presente.

O Município de Tondela tem essa ambição, assumindo-se como o território onde se idealizam, planeiam e constroem as soluções de futuro, num contexto, onde dinamizamos e apoiamos desafios sustentáveis e orientados pelas e para as necessidades e bases específicas da nossa região, valorizando sobretudo os recursos humanos e fazendo-os convergir em esforços e objetivos comuns e agregadores.

Os jovens já se encontram a trabalhar nos seus projetos:

- Agricultura / SIG / Tecnologia
- Investigação / Agricultura
- Agricultura biológica / Cosmética / Bem-estar
- Animação Cultural / Psicologia
- Turismo/Bem-estar / Energias
- Comunicação e Marketing
- Arquitetura / Turismo / Natureza
- Investigação médica
- Reciclagem / Reutilização
- Energia / Transportes / Mobilidade

em constante articulação entre o setor empresarial e o as instituições do ensino superior, agregando o conhecimento científico e tecnológico à atividade económica.

Mas é bom que saibam que esta estratégia tem um alcance maior – promover, no futuro, um centro germinador e acelerador de empresas, que assumirá o objetivo potenciar e atrair o quadro dos mecanismos de apoio à competitividade e à criação de empresas, no quadro dos investimentos dos programas do Portugal 2020.

- Assinatura dos Protocolos de Colaboração com o Movimento Associativo concelhio

A sessão de assinatura dos protocolos com o movimento associativo concelhio, num total de 122 instituições, decorreu no dia 16 de maio no Auditório Municipal.

A autarquia tudo continuará a fazer para dinamizar e valorizar o movimento associativo, pois o Município de Tondela reconhece nas instituições culturais, recreativas, desportivas, sociais e humanitárias do nosso concelho o seu papel no reforço do sentimento de proximidade e da coesão social e territorial. As associações constituem-se, de facto, como parceiros essenciais do Município e das autarquias locais na afirmação da nossa região e no fortalecimento da liderança e atratividade de todo um território.

Neste contexto, e num quadro de grande rigor de gestão financeira e orçamental, foram assumidos novos compromissos com as diferentes instituições e associações contribuirão para a realização das mais variadas iniciativas e projetos, incluindo grandes eventos de dimensão nacional, e que constituem fatores de promoção do concelho.

Estes apoios e compromissos atingem um montante global em 2015 de cerca de 747 mil euros, sendo que durante o mês de maio foram já transferidos todos os montantes de apoio que atinjam os 750 euros. Os restantes valores serão transferidos ao longo do ano de acordo com o plano de pagamento definido.

Relativamente aos apoios do ano de 2014, todos os apoios acordados estão executados, e no domínio desportivo, e no que diz respeito à época 2014/2015, também está a ser cumprido integralmente o cronograma de pagamentos.

- Gabinete de Associativismo e Juventude, criado recentemente e que tem como principais objetivos:

- O reforço da ligação do Município de Tondela com o Movimento Associativo, em função de objetivos previamente definidos e de interesse comum;

- A promoção de ações que permitam um melhor conhecimento do movimento associativo, por forma a identificar as principais dificuldades e programas a desenvolver;

- O fomento da cooperação entre o Poder Central, o Poder Local, o Movimento Associativo e os Agentes Económicos;

- O apoio na Constituição de uma Associação;

- A realização de Ações de Formação;

- A promoção e divulgação do Cartão Jovem Municipal;

- A divulgação do projeto Porta 65;

- A divulgação de Atividades promovidas pelo Movimento Associativo;

- A gestão e atualização do Registo Municipal;

- O aconselhamento e apoio técnico;

- O aconselhamento contabilístico e fiscal;

- E o apoio na elaboração de candidaturas no quadro dos apoios financeiros do PT 2020.

- Mercado Municipal

A inauguração do novo Mercado Municipal de Tondela decorreu no passado dia 22 de maio, depois de cerca de 5 anos de inatividade.

Numa obra orçada em meio milhão de euros, o concelho de Tondela passa a ter disponível um espaço de qualidade, que dignifica a cidade e onde o desenvolvimento da economia local tem lugar privilegiado.

A cerimónia de inauguração contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro.

Na inauguração desta tivemos a oportunidade de lembrar os constrangimentos que o fecho do antigo mercado trouxe aos agentes económicos ali sediados, bem como à população que usufruía dos serviços instalados no antigo Mercado.

O histórico desta empreitada reflete alguns contratempos, nomeadamente relacionados com as debilidades das empresas a quem, sucessivamente, foi adjudicada esta obra. Após mais de dois anos de indefinições, de atrasos e de alterações do projeto, face à fragilidade estrutural do antigo edifício, após retirada da obra do projeto inicial da regeneração urbana, e lançamento de novo concurso, chegados a novembro de 2013, este executivo camarário decidiu chamar a si a posse administrativa da obra, após mais um incumprimento por parte do último empreiteiro.

Neste espaço comercial ficarão instalados 12 espaços comerciais (5 peixarias, 3 talhos, 2 charcutarias, 1 frutaria, 1 bar / padaria) e 20 bancas de venda de produtos hortícolas e frutícolas que, não carecendo de um espaço individualizado e sectorizado e com as normas técnicas de exigência a nível da salubridade e higiene, asseguram aqui também o seu próprio espaço.

A primeira prioridade está a ser desenvolvida, acolhendo os comerciantes que tinham o seu negócio já no antigo Mercado, e que desejam manter neste mercado a sua atividade.

Outros, já demonstraram não querer manter o seu espaço (ou porque cessam a atividade, ou porque deixaram de ter meios para acompanhar os investimentos que o quadro sanitário impõe), pelo que os espaços disponíveis, ou não preenchidos, serão ocupados em face da abertura de concurso esse fim.

O novo Mercado Municipal de Tondela irá acolher novas valências, para além das atividades regulares, abrindo-se assim um espaço para atividades complementares e para a promoção de recursos endógenos, seja nos produtos agrícolas locais, seja no artesanato, ou noutras áreas de produtos de excelência. Iremos definir, em colaboração com os comerciantes, uma programação de atividades que agreguem iniciativas, diversificando a oferta sem comprometer a qualidade, atraindo pessoas aos espaços tradicionais.

Importa ainda referir que, face às diferentes reuniões com feirantes, irá ser iniciado um processo de aproximação de algumas áreas á zona do mercado, sem colidir com mas infra estruturas e áreas verdes existentes na 2ª fase do PU.

Assim procuramos satisfazer as diferentes vontades e motivações, num quadro onde se ligue a feira e o mercado.

- "Política de Cidades" - "Desenvolvimento Urbano Sustentável"

O Programa Operacional Regional Centro 2020 dedica o seu Eixo 9 ao Reforço da Rede Urbana – Desenvolvimento Urbano Sustentável à regeneração e revitalização dos centros urbanos de nível superior, designadamente dos Centros Urbanos regionais e Estruturantes, onde nos inserimos, procurando assegurar alguma

continuidade à política de qualificação, modernização e promotores privilegiados.

No sentido de garantir em cada um dos centros urbanos a coerência e focalização das intervenções, bem como uma adequada articulação destas com os instrumentos de ordenamento do território e com as restantes abordagens territoriais previstas, os Municípios, em particular Tondela, irá elaborar e propor à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional Centro 2020, o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano** (PEDU) para o respetivo centro urbano.

Os PEDU's devem traduzir uma estratégia orientada para encarar a multitude de desafios que atingem os territórios urbanos mas também os interfaces urbano-rurais.

Em termos operacionais contemplam:

- Planos de Ação de Regeneração Urbana, que enquadram e fundamentam medidas destinadas a revitalizar as cidades e a melhorar o ambiente urbano; e

- Planos de Ação Integrados para Comunidades desfavorecidas, que fundamentam e estratégias de intervenção de natureza social e de reabilitação de edificado e dos espaços públicos e de dinamização económica.

Assim, qualquer projeto a desenvolver terá de se referir, exclusivamente, a **área urbana das sedes concelhias** e deverá estar suportado numa estratégia de desenvolvimento urbano integradora e sustentável.

Neste contexto, estarão disponíveis novas ferramentas que promovam a inovação e a competitividade e que respondam aos desafios económicos, ambientais, climáticos, demográficos e sociais.

Objetivos Específicos a atingir

- Apoiar a mobilidade urbana sustentável e a descarbonização em centros urbanos de nível superior
- Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos centros urbanos de nível superior
- Promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social

- Melhoria da rede de interfaces dos transportes públicos coletivos de passageiros em meio urbano
- Estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves
- Apoio a medidas de consciencialização dos consumidores e empresas relacionadas com as emissões de gases poluentes (CO_2 mas também PM e NO_2)

Tipologias de Projetos que podem ser apoiados

Ações de promoção da mobilidade urbana sustentável e da descarbonização

- Reforço da integração tarifária multimodal para os transportes públicos e melhoria das soluções de bilhética integrada
- Adopção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real
- Investimento em corredores urbanos de procura elevada, em ciclovias ou vias pedonais (excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal), e em modos de transporte não motorizados para uso público, como bicicletas

Ações de promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística nos centros urbanos

- Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano
- Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes
- Qualificação e modernização dos edifícios públicos, visando a dinamização de atividades económicas em meios urbanos
- Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos, desde que integrada na reabilitação do conjunto edificado envolvente
- Desenvolvimento de projetos experimentais ou projetos piloto de regeneração urbana
- Reabilitação e reconversão de unidades industriais abandonadas, destinadas a habitação, equipamentos de uso público, comércio e/ou serviços
- Apoio à habitação privada e a edifícios de uso comercial, de propriedade privada, efetuadas exclusivamente através de instrumentos financeiros

Ações de regeneração física, económica e social de comunidades urbanas desfavorecidas

- Qualificação e modernização do espaço, equipamentos e ambiente urbano, incluindo espaços verdes e mobiliário urbano
- Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas e infraestruturas verdes
- Qualificação e modernização dos edifícios públicos, visando a dinamização de atividades económicas
- Intervenção na habitação social

Entidades que se podem candidatar

- Entidades públicas ou privadas concessionárias de transportes públicos de passageiros
- Administração pública local, regional e regionalmente desconcentrada
- Organismo que implementa o instrumento financeiro ou o fundo de fundos

Situação Financeira do Município de Tondela

INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de maio de 2015.

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: 01-01-2015 a 31-05-2015

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (41,37%)	PESO DA EXECUÇÃO NA RECEITA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=(3)-41,37%	
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.303.894,00	2.493.429,04	57,93%	17%	23,36%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	106.227,00	41.812,07	39,36%	-2%	0,39%
04	TAXAS,MULTAS,O.PENALIDADES	221.785,00	92.170,82	41,56%	0%	0,86%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.057.950,00	512.728,59	48,46%	7%	4,80%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.016.492,47	4.051.824,91	40,45%	-1%	37,96%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.435.500,00	419.734,76	29,24%	-12%	3,93%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68.850,00	38.898,16	56,50%	15%	0,36%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	600,00	50,40	8,40%	-33%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DECAPITAL	6.826.410,38	983.341,64	14,40%	-27%	9,21%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	222.524,60	45.126,37	20,28%	-21%	0,42%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	18.950,00	0,00	0,00%	-41%	0,00%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	16.000,00	24.782,16	154,89%	114%	0,23%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1.969.858,41	1.969.858,41	100,00%	59%	18,46%
	TOTAL GERAL	26.265.041,86	10.673.757,33	40,64%	-1%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período, uma boa taxa de execução da

receita (40,64%), muito próximo do grau de execução esperado para este período (41,37%), ou seja, apresenta um desvio negativo de apenas 0,73%.

A receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 10.673.757,33€. Importa mencionar que por incorporação na primeira revisão orçamental de 2015, já se encontra refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior, no montante de 1.969.858,41€. É também relevante mencionar que a cobrança de impostos diretos, apresenta um desvio positivo de 17% face ao grau de execução esperado para o período. Menos positivo é o grau de execução das transferências de capital, que apresentam um desvio negativo de 27%, face ao esperado, mas importa salientar que esta é uma análise enviesada, porque o grau de execução padrão não acompanha os cronogramas de execução dos investimentos que dão origem a estas receitas.

1.2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA POR COMPARAÇÃO COM O PERÍODO HOMÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA BRUTA (entre 01-01-2014 e 31-05-2014)	RECEITA COBRADA BRUTA (entre 01-01-2015 e 31-05-2015)
01	IMPOSTOS DIRETOS	2.521.475,22	2.493.429,04
02	IMPOSTOS INDIRETOS	22.009,33	41.812,07
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	90.421,39	92.170,82
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2.876,72	512.728,59
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.803.526,19	4.051.824,91
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	62.537,21	419.734,76
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.557,49	38.898,16
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	297,20	50,40
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.288.518,81	983.341,64
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	45.126,37
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	6.101,79	0,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	19306,01	24.782,16
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	1381324,13	1.969.858,41
TOTAL		**10.225.951,49**	**10.673.757,33**

Da análise do quadro acima, é possível concluir que, globalmente, o nível de execução da receita, no período em análise, quando comparado com registado no período homólogo, se apresenta satisfatório, com uma variação ligeiramente positiva.

Verifica-se um aumento na prestação de serviços e rendimentos de propriedade, mas que é consequente à diminuição das transferências correntes, porque em sede de orçamento, se alterou a classificação da cobrança dos resíduos sólidos e saneamento efetuados pelas Águas do Planalto, bem como, as rendas de concessão referentes a energia, quer elétrica, quer eólica.

2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2015 a 31-05-2015

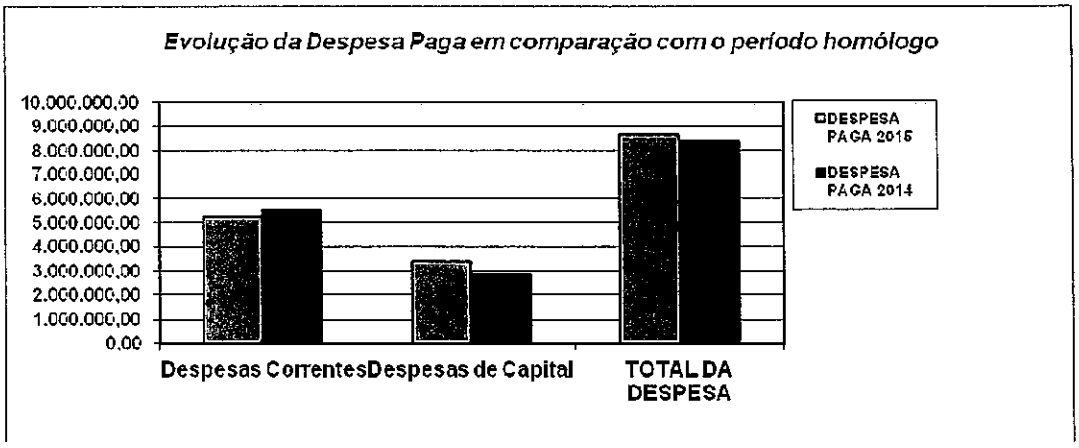
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (41,37%)
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%	(4) = (3)-41,37%
	Despesas Correntes	**14.482.435,77**	**5.235.203,57**	**36,15%**	**-5,22%**
01	Despesas com Pessoal	4.760.980,00	1.823.437,25	**38,30%**	**-3,07%**
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.547.763,77	2.516.830,74	**38,44%**	**-2,93%**
03	Juros Outros Encargos	32.399,00	1.460,87	**4,51%**	**-36,86%**
04	Transferências Correntes	2.951.154,00	823.291,60	**27,90%**	**-13,47%**
06	Outras Despesas Correntes	190.139,00	70.183,11	**36,91%**	**-4,46%**
	Despesas de Capital	**11.782.606,09**	**3.407.552,43**	**28,92%**	**-12,45%**
07	Aquisição de Bens de Capital	9.663.518,09	2.749.852,96	**28,46%**	**-12,91%**
08	Transferências de Capital	738.597,00	242.842,90	**32,88%**	**-8,49%**
09	Activos Financeiros	144.750,00	0,00	-	
10	Passivos Financeiros	1.180.741,00	414.856,57	**35,14%**	**-6,23%**
11	Outras Despesas de Capital	55.000,00	0,00	-	
	TOTAL	**26.265.041,86**	**8.642.756,00**	**32,91%**	**-8,46%**

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período, uma taxa de execução da despesa corrente de (36,15%) relativamente próxima do grau de execução esperado (41,37%), ou seja, com um desvio negativo de (5,22%). Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de (28,92%), o que representa um desvio negativo de (12,45%).

Tal como em anos anteriores, é importante referir-se que o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, ainda pode gerar dados enviesados, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano.

2.2 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR COMPARAÇÃO COM O PERÍODO HOMÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DESPESA PAGA 2015	DESPESA PAGA 2014	Variação	% Variação
AGRUP.	**Despesas Correntes**	**5.235.203,57**	**5.522.430,64**	**-287.227,07**	**-5,20%**
01	Despesas com Pessoal	1.823.437,25	1.809.525,72	13.911,53	0,77%
02	Aquisição de Bens e Servgiços	2.516.830,74	2.335.689,27	181.141,47	7,76%
03	Juros Outros Encargos	1.460,87	4.340,43	-2.879,56	-66,34%
04	Transferências Correntes	823.291,60	1.161.023,09	-337.731,49	-29,09%
06	Outras Despesas Correntes	70.183,11	211.852,13	-141.669,02	-66,87%
	Despesas de Capital	**3.407.552,43**	**2.874.835,72**	**532.716,71**	**18,53%**
07	Aquisição de Bens de Capital	2.749.852,96	1.950.999,29	798.853,67	40,95%
08	Transferências de Capital	242.842,90	443.164,35	-200.321,45	-45,20%
09	Activos Financeiros	0,00	0,00	-	-
10	Passivos Financeiros	414.856,57	480.672,08	-65.815,51	-13,69%
	TOTAL DA DESPESA	**12.050.308,43**	**8.397.266,36**	**3.653.042,07**	**43,50%**



Da análise do quadro e gráfico acima, podemos verificar que a despesa paga pelo Município, aumentou ligeiramente, quando comparada com o período homólogo, com uma variação negativa (-5,2%), nas despesas correntes, mas com uma variação positiva (18,53%) nas despesas de capital.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela, se mantém, a efetuar **pagamentos a fornecedores a 30 dias**.

Devemos também referenciar que os pagamentos em atraso, dívida com mais de 365 dias, 32.849,28 €, se mantém face ao período homólogo do ano anterior, sendo que, importa esclarecer que são situações que estão a ser resolvidas administrativamente, uma vez que na sua quase totalidade se referem a empresas em insolvência.

2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
	Despesas Correntes	**14.482.435,77**	**12.318.749,60**	**85,06%**
01	Despesas com Pessoal	4.760.980,00	4.586.812,24	96,34%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.547.763,77	4.938.367,19	75,42%
03	Juros Outros Encargos	32.399,00	23.339,53	72,04%
04	Transferências Correntes	2.951.154,00	2.610.449,85	88,46%
06	Outras Despesas Correntes	190.139,00	159.780,79	84,03%
	Despesas de Capital	**11.782.606,09**	**7.388.663,36**	**62,71%**
07	Aquisição de Bens de Capital	9.663.518,09	5.440.138,07	56,30%
08	Transferências de Capital	738.597,00	653.607,34	88,49%
09	Activos Financeiros	144.750,00	144.750,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	1.180.741,00	1.150.167,95	97,41%
11	Outras Despesas de Capital	55.000,00	0,00	-
	TOTAL	**26.265.041,86**	**19.707.412,96**	**75,03%**

Através da análise do quadro acima podemos verificar que, já comprometemos (75,03%) da dotação do orçamento do Município, o que representa 19.707.412,96€, em termos absolutos.

3. Conclusão

Podemos, desta análise concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram em linha de convergência com o esperado, embora com alguns desvios face ao padrão, tendo em conta que, se orçamenta para um ano completo e que os desvios padrão, não consideram os prazos em que as receitas e despesas devem acontecer.

anexo f

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Membros da Assembleia Municipal.

Só umas palavras para realçar as obras, tão importantes, no nosso concelho. Após esta excelente exposição que o senhor presidente acabou de fazer, não podíamos deixar de passar esse momento e englobando as obras realizadas desde 30 de abril até ao momento. Temos de evidenciar um forte incremento da realização e efetividade de obras o que aponta para uma decidida gestão que nos habituamos com os líderes autárquicos, neste caso o senhor presidente José António. Foi um extenso relatório de obras que dignificam qualquer autarquia, as suas equipas e onde está patente uma verdadeira interação entre a câmara, as juntas de freguesia, as instituições sociais e associações e a população em geral.

Obrigado, senhor presidente, a si e à sua equipa, aos técnicos pelo esforço que vem desenvolvendo, pela motivação que vem provocando nos diferentes atores autárquicos do nosso concelho. Com uma gestão acentuadamente positiva e rigorosa que evidenciou no relatório apresentado, temos de continuar a apostar no nosso concelho como um lugar onde dá gosto viver e onde muito nos apraz residir.

Realçar, aqui, o Tondela + 10 e as implicações que daí advém. Tal como o espirito empenhado do nosso movimento associativo e do apoio que sentem da parte do município. Muito obrigado.

Tondela, 08 de junho de 2015

Sérgio Rodrigues

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

anexo 8

Cumprimentos

A intervenção que vou fazer acerca da contração do empréstimo, é-me particularmente especial, pois há alguns meses a esta parte, e fruto de estar na Febre Amarela, fui acumulando kms de autocarro, vibrando com os pontos que íamos somando e chorando com um campeonato que teimava em não acontecer.

Mas aconteceu! O dia 24 de Maio de 2015 ficará na memória de todos! Tondela é de primeira!

Claro que esta onda auriverde que pintou o nosso concelho e que encheu a nossa cidade de adeptos orgulhosos não contagiou todos, mas contra isso nada há a fazer!

Aliás o futebol é um desporto de massas, normalmente é difícil chegar às elites...

Não é possível obrigar ninguém a sentir o concelho e um clube do interior como seu.

É óbvio que esta é uma discussão controversa e difícil, mas qual seria a Assembleia Municipal do país que não gostaria de ter hoje um assunto destes na sua ordem de trabalhos?

Há um facto incontornável, o Clube Desportivo de Tondela competirá na I Liga de Futebol na próxima época.

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Perante esta realidade haveria vários caminhos que poderíamos seguir!

Seria legítimo que o Município dissesse que não tinha condições para efetuar as obras no estádio e que a equipa não jogaria em Tondela.

Mas senhores deputados, acham que alguém compreenderia esta posição?

Alguém com bom senso entenderia que não tirássemos proveito deste momento de história coletiva?

Não me parece!

Aliás eu desafio quem tem esse entendimento para o assumir publicamente, que diga às 5 000 pessoas que saíram à rua naquele domingo que a equipa do seu concelho vai ter que ir jogar a um centro urbano, pois a interioridade não foi capaz de dar condições para ficarem na sua terra.

Em jeito de fuga, dizem por aí, debata-se, sempre com o propósito implícito de protagonismos e palcos que não são seus.

Haverá dúvidas para os munícipes de qual o caminho sobre este assunto?

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Será que os 1000 em Freamunde e os milhares nas ruas de Tondela não ditaram o que deve acontecer?

Alguns dizem-se em choque.

Em choque? Provavelmente deve ser alguém que tem residência em Tondela há pouco tempo e não acompanhou os últimos 15 anos, pois não colocaram em causa e nem ficaram chocados com todos os investimentos desportivos anteriores.

O Sr. Presidente da Câmara explicou agora mesmo que havia também a solução de o Clube contratualizar o empréstimo e efetuar as obras, comprometendo-se a Câmara Municipal a pagar as tranches, mas esta solução faria com que a taxa do IVA passasse de 6% para 23%.

Esta é sem dúvida a melhor solução financeira, pois a Câmara Municipal está em condições de recorrer ao empréstimo e fará diretamente as obras mínimas para que o CDT possa jogar neste escalão do futebol profissional.

Querem acusar o executivo de não acautelar a sustentabilidade geracional, mas todos nós sabemos que se trata de demagogia.

Querem fazer crer os mais distraídos que este investimento significará aumento de impostos e cortes em iniciativas.

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Mentira! Demagogia! Fazer politica pouco rigorosa e pouco transparente!

Não será colocado em causa nenhum investimento, os apoios ao nosso movimento associativo estão garantidos, bem como os compromissos com as juntas de freguesia e o apoio social.

Senhores Deputados,

Tondela não deverá tirar proveito deste marco histórico?

Já avaliaram o grau de notoriedade e projeção que o concelho teve nestas últimas semanas?

Já contabilizaram que a marca Tondela vale muito mais hoje que há 2 meses atrás?

Não devemos ter vergonha de aprovar este investimento.

Fazemo-lo de forma clara e transparente, não encapuçada.

Deixo aqui um apelo, e essa sim deve ser a nossa missão enquanto eleitos locais, não podemos deixar que guerras mesquinhas e afirmações territoriais nos toldem o espirito e nos façam desperdiçar esta oportunidade.

Esta obra não é da freguesia A ou B, é de todo o concelho, é o orgulho dos 30 000 que aqui habitam e dos milhares de

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Clau
Fi
Carlos

emigrantes por esses continentes foram que viram a sua terra projetada.

Temos que ser capazes de em conjunto, aproveitar este mediatismo, envolver todos os atores locais e capitalizar conjuntamente este momento.

O nosso Concelho nunca mais será o mesmo.

A região ganhou uma nova centralidade, temos que a aproveitar.

Para terminar, e sei que alguns gozarão, mas a autenticidade é algo que prezo muito…

Vou citar uma frase que gritei e cantei muito nos últimos tempos, e que penso que resume tudo…

O orgulho do distrito somos nós!!!

Vera Machado

anexo 9

Declaração de Voto

Como disse na minha intervenção, entendo que estamos perante um investimento desmedido em apoio de Futebol profissional. Entendo que o investimento no Estádio deveria ser partilhado entre o Club Desportivo de Tondela e o Município e esta solução até seria compreendida pelos cidadãos do nosso Concelho. Em minha opinião, a maioria das pessoas do Concelho, não se revê na decisão hoje tomada por esta Assembleia. Entendo, também, que o Município tem outras prioridades bem mais importantes. Por todas estas razões, votei contra a Proposta da Câmara Municipal.

Tondela, 8 de Junho de 2015

José Helder Viegas Alves

Cumprimentos

Sr. Presidente da Câmara

an 120/9

Relativamente ao contrato interadministrativo de delegação de competências gostaria que Vª Exª me esclarecesse 3 questões. A saber:

1 - a atribuição da importância foi calculada pelos quilómetros percorridos no transporte dos alunos?

2 - se foi essa forma que levou ao serviço do cálculo e como parece não ter havido redução do número dos quilómetros percorridos, que outra razão foi encontrada para tão grande redução da receita, isto porque se encontra nos arquivos documentais um protocolo assinado pela anterior câmara municipal e a anterior junta de freguesia do montante de 15.000,00 €.

3 - Terceira questão o presente contrato interadministrativo destina-se conforme a clausula Nº 4ª ao ano lectivo de 2014/2015.

Questão final então e as despesas com

o transporte dos alunos durante o ano letivo de 2013/2014?

Não consta que tenha sido atribuído à Junta de Freguesia da Lajeosa do Dão algum contrato interadministrativo de delegação de competências para pagamento dos transportes dos alunos durante o ano letivo de 20 /2014.

Senhor Presidente não se trata de uma diferença tão pouco significativa.

É que o protocolo a que me refiro é de 15.000,00€.

O que nos é pagoto é apenas de 1.787,48 €.

Pelo exposto solicito de V.Ex.ª um esclarecimento sobre as questões que aqui solicito.